

## A Política Externa de D. Fernando, “o Inconstante”

Renata Moreira

renata-moreira@outlook.com

### Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar se o cognome *o inconstante* se adequa a D. Fernando, tendo em conta a política externa portuguesa nos finais do século XIV. Para isso, analisamos todos os casamentos previstos e firmados do monarca, as relações políticas com alguns reinos europeus como é o caso de Castela, Aragão, Navarra, Inglaterra e França. Além da Guerra dos Cem anos e das contendidas, nas quais Portugal vai enfrentar Castela, estamos perante uma divisão do Papado, mais precisamente, o Cisma do Ocidente, que influenciou intrinsecamente as alianças políticas portuguesas. Como fontes principais para este estudo, foram utilizadas a *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes; *Des Chroniques Nationales Françaises* de Jean Froissart; a obra de Bernardo Brito, *Elogio dos Reys de Portugal* e, por último o *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal* da autoria do Visconde de Santarém.

**Palavras-chave:** D. Fernando, cognomes, política externa, alianças políticas, casamentos reais, guerras.

### Abstract

This article aims to identify whether the cognomen the *inconstant* fits D. Fernando, take into consideration the Portuguese foreign policy at the end of the 14th century. For this purpose, were analysed all the planned and signed marriages of the monarch, the political relations with some European kingdoms as is the case of Castile, Aragon, Navarre, England, and France. Besides the Hundred Years War and the strifes in which Portugal will stand up to Castile, we are facing a division of the Papacy, more precisely, the Western Schism that has intrinsically influenced Portuguese political alliances at the time. As principal sources to this study, were used the following: the *Crónica de D. Fernando* by Fernão Lopes; *Des Chroniques Nationales Françaises* by Jean Froissart; Bernardo Brito's book, *Elogio dos Reys de Portugal* and, for last, the *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal* by Visconde de Santarém.

**Keywords:** D. Fernando, cognomen, foreign policy, politic alliances, royal marriages, wars.

### Introdução

Este trabalho corresponde ao reinado de D. Fernando I (r. 1367-1383) e visa analisar a política externa do monarca na conjuntura da Guerra dos Cem Anos e dos conflitos ibéricos, bem como as suas pretensões ao trono castelhano, a diplomacia com Inglaterra

e França e a posição em relação à rutura da Igreja para que possamos analisar se o cognome *o Inconstante* foi justo.

Não se sabe ao certo quando surgiram, em Portugal, os cognomes do rei: o *Formoso*, segundo Fernão Lopes, D. Fernando era:

(...) mançebo vallemte, ledo, e namorado, amador de molheres, e achegador a ellas. Avia bem composto corpo e de razoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso; tal que estando açerca de muitos homeens, posto que conhecido nom fosse, logo o julgariam por Rei dos outros<sup>1</sup>.

Já o apodo *o Inconstante* remete para a ambiguidade das suas alianças com os diferentes reinos europeus, assim como com Avinhão e Roma e para os casamentos negociados do príncipe, mais tarde rei, bem como os da sua filha Beatriz.

Elle contava (diz o historiador a que nos referimos) com a sua destreza nas negociações para poder enganar por muito tempo os Reis seus vizinhos, e isto era para este Principe tão facil que não se prendia com a moralidade dos meios que para isso empregava. Rompia de subdito as suas alianças, e contractava outras, com os seus inimigos<sup>2</sup>.

Os casamentos faziam parte da sua política e das alianças que tencionava firmar, ao invés da união, em 1372, com Leonor Teles que, segundo Fernão Lopes era a sua mulher amada. “E elRei preso do amor della, jurou a Dona Maria que ante que dormisse com ella depois do quitamento, que ante a recebesse por molher”<sup>3</sup>.

O ponto de partida desta investigação centrou-se em analisar os casamentos previstos e firmados que incluíram o monarca. De que forma estas alianças beneficiaram a política externa? Quais as consequências? Será que o casamento com Leonor Teles prejudicou o reino? Fernão Lopes apresenta a fidalga como uma mulher inteligente, sedutora, manipuladora e intriguista, porém será que o rei foi dirigido pelas suas vontades?

No que concerne às pretensões ao trono castelhano, é importante perceber o que moveu o rei para que ambicionasse ascender ao poder após a morte de Pedro, o *Cruel*. Será que D. Fernando quis vingar a morte do primo? Ou desejava anexar o reino de Castela ao de Portugal? Que tratados foram firmados nesse sentido? Para analisar estas intenções, é também fulcral pesquisar e analisar os acordos que foram criados entre Portugal e Inglaterra, no contexto da Guerra dos Cem Anos. Apesar da aliança anglo-

---

<sup>1</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Ed: Salvador Dias Arnaut. Série Régia: Livraria Civilização, (s/d). p.5.

<sup>2</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*. Vol. XIV. Paris, 1842. p. 41.

<sup>3</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. LVII, p. 155.

portuguesa, D. Fernando também assinou tratados com a inimiga França. No entanto, procurou manter-se neutro face aos conflitos.

Por último, o foco será o Cisma do Ocidente. Apesar de a Guerra dos Cem Anos ter condicionado a política europeia, a divisão do papado agravou a situação, visto que as monarquias que apoiavam a Inglaterra, obedeciam ao papa de Roma e, portanto, as aliadas da França, eram a favor do papado de Avinhão. Por conseguinte, é importante perceber de que forma o monarca português interage com a Igreja e, além disso, averiguar as reações do clero.

Para responder o máximo possível às questões levantadas, a pesquisa foi feita paralelamente entre fontes impressas e bibliografia, por isso, desde logo, houve uma concentração no tipo de documento. Por exemplo, quando analisamos a *Crónica de D. Fernando*, é preciso lembrar que as crónicas são ambíguas e os seus textos predominantemente conotativos. A Fernão Lopes, foi atribuída a tarefa de escrever as crónicas dos antigos reis de Portugal, por D. Duarte, na qual se insere a *Crónica de D. Fernando* que foi escrita por volta de 50 anos após a morte do monarca. O objetivo seria enaltecer a monarquia portuguesa e visto que Fernão Lopes era o cronista oficial do reino, foi-lhe concedida uma tença anual de 14.000 reais<sup>4</sup>. Outra fonte importante é o *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal* que foi escrito durante o exílio, em Paris, do Visconde de Santarém, no século XIX. Em relação à Guerra dos Cem Anos destaco as *Crónicas* de Jean-Froissart, escritas no século XIV. Para tentar perceber quando surgiu o cognome *o inconstante*, sugiro a obra *Elogio dos Reis de Portugal* de Frei Bernardo de Brito, editada por José Barbosa em 1726, que dá a ideia de que desde os séculos XVI e XVII, o rei era visto como um liberal e isso pode estar na origem da atribuição da alcunha.

Esta investigação discute se D. Fernando era uma pessoa instável, “inconstante”, ou um simplesmente um hábil ou pelo menos esforçado “jogador” na cena internacional que tentava prever como se podia beneficiar mais a si e ao reino, tendo em conta as suas ambições e os condicionalismos geográfico-políticos de Portugal.

## 1. Breve biografia de D. Fernando I

D. Fernando nasceu em Coimbra a 31 de outubro de 1345. Era o filho mais velho do rei D. Pedro I, de Portugal, e de D. Constança, sua esposa. Na *Crónica de D. Fernando*,

---

<sup>4</sup> MONTEIRO, João Gouveia - Fernão Lopes: texto e contexto. Coimbra: Livraria Minerva, 1988. p. 72.

de Fernão Lopes, o cronista não inclui praticamente nada acerca da infância e juventude do monarca até 1367, data em que este é coroado rei de Portugal com 22 anos de idade<sup>5</sup>.

Segundo Rita Costa Gomes, desde a altura do nascimento de D. Fernando até aos seus 10 anos era patente um clima de terror em Portugal, a chamada Peste Negra. A epidemia de 1348 foi a que teve mais impacto no país, descrita nos livros e inscrições provindas das comunidades monásticas portuguesas<sup>6</sup>. “(...) em Santa Cruz de Coimbra, regista o Livro das Eras para o ano de 1348: “foi grande mortandade pelo mundo, assim que igualmente morreram as duas partes das gentes”<sup>7</sup>.

Na época medieval, era comum a existência de amas ou aias que cuidassem dos/as infantes/as a partir do seu nascimento, em detrimento dos pais. “Dans une telle structure de parenté, le lien entre le père et le fils aîné et la conscience généalogique présentent peu d’importance”<sup>8</sup>. Contudo, desconhece-se quem foi a ama de D. Fernando. Pensa-se que a sua primeira infância tenha sido marcada por um ambiente feminino<sup>9</sup>, associando-se-lhe o nome de Leonor Rodrigues Pimentel<sup>10</sup>. A partir de uma certa idade, o infante foi entregue a um meio predominantemente masculino, onde se destaca, na sua educação, o seu aio, Aires Gomes da Silva<sup>11</sup>, que pertencia à velha aristocracia minhota, cujos antepassados tinham ligação à corte portuguesa<sup>12</sup>. Os principais aspetos da educação do futuro monarca foram: convívio na corte, equitação, caça, as letras e a música. “Um aspeto fundamental era certamente a formação física, que incluía a aprendizagem do decoro ou postura, e das atitudes corporais próprias de um príncipe”<sup>13</sup>. Além disso, era muito importante a proximidade com animais (cavalos mais nobres, falcões, cães de caça, entre outros). A sua formação militar foi iniciada durante a adolescência com os seguintes exercícios: corrida, jogar peso e dardo, natação, combate a pé ou a cavalo (com ou sem lança)<sup>14</sup> para que D. Fernando fosse um “bom torneador”<sup>15</sup>. O seu aio Aires Gomes da

---

<sup>5</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, p. 3.

<sup>6</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p. 33.

<sup>7</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 34.

<sup>8</sup> LETT, Didier - *Famille et Parenté dans l'Occident Médiéval V-XV Siècle*. Paris: Hachette Supérieur, 2000, p. 9.

<sup>9</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada: Leonor Teles*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016. p. 63.

<sup>10</sup> “Leonor Rodrigues Pimentel era uma dama da nobreza, normalmente identificada como tendo sido aia do infante e associada a ele desde a sua mais tenra idade. Poderá, pois, ter sido sua ama. É curioso verificar que esta senhora talvez tenha sido tia-avó de Leonor Teles, pois casou em primeiras núpcias com o seu tio-avô, Gonçalo Mendes de Vasconcelos” - BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada ...*, p. 63.

<sup>11</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada ...*, p. 63.

<sup>12</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 44.

<sup>13</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 47.

<sup>14</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, pp. 47-48.

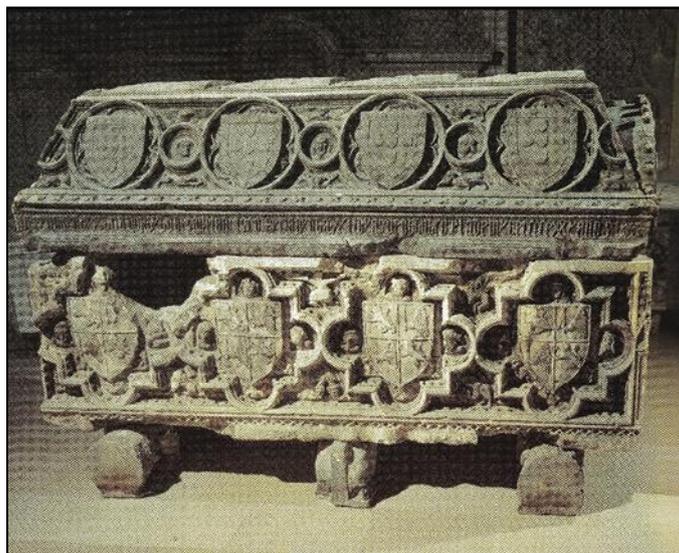
<sup>15</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 48.

Silva foi uma peça fundamental na educação e no reinado de D. Fernando, uma vez que também fez parte do seu conselho.

Durante a adolescência do rei, houve um afastamento entre ele e os seus meios irmãos Castro<sup>16</sup>, o que resultou, mais tarde, na exclusão dos mesmos do seu testamento, no que concerne à sucessão ao trono.

O seu reinado foi breve devido à doença que contraiu e os seus primeiros tempos de governação foram marcados pela harmonia na corte<sup>17</sup>; contudo, tudo isso muda com as suas pretensões ao trono castelhano.

**Figura 1. Túmulo de D. Fernando, presente no Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa.**



**Foto:** José Pessoa/ Divisão de Documentação Fotográfica/ Instituto dos Museus e da Conservação in BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada: Leonor Teles*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016. p. 354.

## **2. Casamentos previstos e firmados do monarca**

O objetivo principal deste tópico é determinar se D. Fernando era realmente inconstante, analisando os casamentos. Subdivide-se em duas partes, nas quais a primeira expõe todas as alianças matrimoniais e políticas previstas pelo pai, D. Pedro I, e em seguida, as planeadas por D. Fernando, depois de ter sido coroado rei de Portugal. A segunda parte analisa o único casamento firmado do monarca, datado de 1372, com a nobre Leonor Teles e as consequências deste para o reino.

<sup>16</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 49.

<sup>17</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 56.

## 2.1. Alianças matrimoniais e políticas previstas

Na Idade Média, mais precisamente a partir do século XII, o matrimónio passou a ser integrado como sacramento da Igreja Cristã<sup>18</sup>. Além disso, o padrão do casamento modificou-se devido às crenças que a religião ia estabelecendo. “(...) conseguiu impor no Ocidente o paradigma único de um casamento monogâmico, exogâmico e indissolúvel, levando ao esquecimento da existência de outras formas de ligação sexual e de formação familiar até aí comuns na sociedade”<sup>19</sup>.

Os casamentos entre reis e princesas de outros reinos não eram realizados por amor; tratava-se apenas de diplomacia, uma vez que eram concebidas alianças políticas por intermédio dos mesmos. "Le mariage d'un prince et d'une princesse signifie l'union de deux Maisons dynastiques et, plus largement, l'alliance des territoires des princes qui la concluaient"<sup>20</sup>. Além disso, podiam também unir-se territórios através dos dotes.

Era normal, à época, realizar-se casamentos por procuração, o que significa que um dos indivíduos ou mesmo ambos não estavam presentes e eram geralmente representados por outra/s pessoa/s: “(...) il faut rappeler la pratique courante même si elle est loin d'être systématique, surtout à la fin du Moyen Âge, de renvoyer dans son pays l'entourage étranger d'une princesse qui vient s'installer dans le pays de son mari”<sup>21</sup>.

D. Fernando viu-se, desde cedo, em aliança com os dois reinos rivais da política ibérica, Castela e Aragão. Na altura do nascimento do monarca, D. Pedro I, rei de Portugal e seu pai, prometeu-o a uma das filhas de Afonso IV, em Inglaterra<sup>22</sup>. Na *Biografia de D. Fernando*, a autora não refere quem é Afonso IV, por isso, após uma breve pesquisa, percebemos que não é possível que seja o seu avô<sup>23</sup>.

Mais tarde, ainda antes de se tornar rei de Portugal, fora prometido à filha mais velha de Pedro, o *Cruel*, de Castela, em 1358, pelo seu pai, na tentativa de reforçar a

---

<sup>18</sup> SILVA, Manuela Santos – *Reminiscências matriciais nos casamentos régios medievais* in *Casamentos da Família Real portuguesa: diplomacia e cerimonial*, coord. Ana Maria S. A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. p. 17.

<sup>19</sup> SILVA, Manuela Santos – *Reminiscências matriciais* ..., pp. 17-18.

<sup>20</sup> MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et Relations Internationales au Moyen Âge (IV-XVe Siècle)*. Paris: PUF (Nouvelle Clio), 2017. pp. 249-250.

<sup>21</sup> MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie* ..., p. 329.

<sup>22</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 262.

<sup>23</sup> Afonso IV de Portugal teve três filhas: Maria (1313-1357); Isabel (nascida em 1324, morreu ainda na infância) e Leonor (1328-1348). Maria seria rainha de Castela a partir de 1328, após o casamento com Afonso XI e Leonor só seria rainha de Aragão em 1347, dois anos após o nascimento de D. Fernando. Segundo José Augusto Pizarro, Afonso IV não teve filhos ilegítimos<sup>23</sup>. No entanto, Leonor, antes de casar com Pedro IV, de Aragão, esteve prometida a Eduardo III de Inglaterra.

extradição dos nobres seguidores de Trastâmara, refugiados em Portugal<sup>24</sup>, depois de derrotados pelo monarca castelhano<sup>25</sup>. Posteriormente, em 1364, nasce a primeira filha de D. Fernando, Isabel, cujo nome da mãe permanece desconhecida<sup>26</sup>. Dois anos mais tarde, em 1366, D. Pedro promete o seu sucessor a Joana de Aragão<sup>27</sup>, tendo sido enviada em julho do mesmo ano uma embaixada aragonesa com a finalidade de consolidar a paz entre os dois reinos, reforçando-a através de esponsais; porém nunca se chegaram a firmar. Contudo, Rita Costa Gomes refere que esta promessa de casamento se deu em 1364<sup>28</sup>. Não é possível ter certezas do ano. Em 1358, D. Pedro tinha prometido o infante a Beatriz de Castela, filha do rei Pedro I, o *Cruel* e, mais tarde, em 1366, a infanta Beatriz foi enviada a Portugal, no entanto, o rei português mudou de ideias.

Após a ascensão ao trono, D. Fernando, tendo em conta as suas ambições, fez várias promessas de casamento ao longo do seu reinado, com objetivos políticos. Desta forma, é possível prever alguma “inconstância”, mas os resultados mostrarão que o rei agiu de maneira a tentar beneficiar-se a si e ao reino, ao invés de proceder sem planificação prévia.

Em 1369, o monarca foi aconselhado a aliar-se ao rei de Aragão, D. Pedro IV, com o objetivo de prosseguir a guerra contra Castela<sup>29</sup>. Para reforçar essa aliança, D. Fernando enviou embaixadores a Aragão com a intenção de pedir a filha do rei D. Pedro IV em casamento.

Neste anno o Senhor Rei D. Fernando manda uma Embaixada a Aragão, sendo Embaixadores Badassal D’ Espinola, Affonso Fernandes de Burgos, e Martim Garcia, cujo objecto era pedir àquelle Rei a sua filha a Infanta D. Leonor, para casar com o Senhor Rei D. Fernando de que resultou mandar ElRei de Aragão seu Embaixador a Portugal<sup>30</sup>.

Esta aliança entre Portugal e Aragão tinha-se intensificado após o assassinato de Pedro, o *Cruel*, em 1369. No entanto, é indubitável que é necessário analisar as

---

<sup>24</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 54.

<sup>25</sup> “A mesma inconstância já notada na ordem politica presiste ainda, porque o mesmo rei que se mostra tão prodigo de favores a uma classe, se allia em 1366 com Henrique de Castella contra Pedro – o Cruel – e refugiando-se em Portugal depois de derrotado pedindo socorro ao rei, preparava-se o Condestavel Dugesclin para o hostilizar, demovendo-o do intento o general Gouray que fora secretamente a Lisboa onde se convenceu que o rei de Portugal negara a Pedro os auxílios implorados” - VELHO, B. T. de Morais Leite - *Estudo historico das relações diplomaticas e politicas entre a França e Portugal: Desde a constituição da monarchia Portugueza até á queda de Napoléon Bonaparte*. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1895. p.19.

<sup>26</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 49.

<sup>27</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor: Um Reinado (Mal)dito*. Lisboa: Chiado Editora, 2013. pp. 63-64.

<sup>28</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 269.

<sup>29</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XXIX, p. 83.

<sup>30</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*. Vol. I. Paris, 1842. pp. 214-215.

divergências entre os dois reinos opostos, Castela e Aragão, na conjuntura da política externa da Península Ibérica. Segundo Peter Russell, as hostilidades começaram no ano de 1356 em consequência de determinadas “intrigas” francesas na Corte de Aragão que exerceram influência na política externa de Pedro IV, onde a tal era importante para os governantes franceses, uma vez que Pedro, o *Cruel* não seguia uma política que beneficiasse os interesses dos mesmos<sup>31</sup>. Além disso, o meio-irmão do rei de Castela, Henrique de Trastâmara, tinha organizado dois anos antes uma *rebelião* reservada a destronar Pedro<sup>32</sup>, visto que tinha interesse em conquistar o trono.

A 6 de dezembro de 1356, Pedro IV de Aragão celebra uma aliança com Henrique da Trastâmara e envia-lhe uma carta julgando-se “numa posição segura”<sup>33</sup>:

E como dizeis que mandámos informar-vos de que não vos queríamos como nosso amigo, o facto é que isso já anteriormente vós nos havíeis feito saber. E nós respondemos-vos na mesma moeda. De todas as razões, Rei, vos damos conta para que possam Deus e todo o mundo conhecer a grande justiça (da nossa atitude) e a grande injustiça da vossa parte<sup>34</sup>.

Segundo alguns autores, Pedro, o *Cruel*, era instável e utilizava métodos como o homicídio para alcançar os seus fins. Ainda assim, é preciso ter em conta que as biografias e histórias sobre o rei de Castela foram, na altura, escritas praticamente por inimigos políticos ou por autores que viviam em Inglaterra ou França e não tinham meios para confirmar certos contos horrendos narrados pelos familiares do futuro Henrique II<sup>35</sup>. No entanto, o cronista Pero López de Ayala tentou não credibilizar estas histórias e na *Crónica de Don Pedro* exibiu uma visão diferente do rei castelhano: a de um governador experiente e de um desportista, poupando a verdade histórica à grande parte da violência, a fim de tentar diminuir a reputação de Henrique e dos seus apoiantes. “Para uma descrição parcial da manipulação a que Ayala sujeita os factos por forma a ajustá-los à sua própria causa”<sup>36</sup>.

Em 1368, Pedro, o *Cruel*, pede para prolongar a aliança de 1362 com Inglaterra e que lhe fosse prestado um novo auxílio militar, visto que lhe tinha sido prometido por Eduardo III. Contudo, o governo inglês não cumpriu deixando o monarca “à sua sorte”, sem sequer o informar<sup>37</sup>. A 14 de março de 1369, o exército de Pedro, o *Cruel*, foi atacado

---

<sup>31</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000. pp. 39-40.

<sup>32</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica...*, p. 42.

<sup>33</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...*, p. 41.

<sup>34</sup> *Chronique de Pierre IV D’Aragon*, ed. Pagès, p. 341.

<sup>35</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...*, p. 44.

<sup>36</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...*, p. 45.

<sup>37</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...*, p. 172-175.

pelos Trastâmaras<sup>38</sup> em Montiel, na vila *La Mancha*. O rei castelhano refugiou-se no Castelo de Montiel, tendo sido persuadido a mudar-se para a tenda do *Condottiere* bretão a 23 de março. Os membros da comitiva de Du Guesclin com a ajuda de Pierre de Villaines conseguiram detê-lo e, nessa altura, Henrique de Trastâmara aproveitou para o assassinar de uma forma bárbara. E, assim conseguiu alcançar o seu desejo de ocupar o trono<sup>39</sup>.

Depois da morte de Pedro, o *Cruel*, dois emissários portugueses viajaram até Bordéus com o propósito de informar o *Príncipe*<sup>40</sup> de que D. Fernando aceitava o trono de Castela, cuja legitimidade não desencadeava dúvidas algumas, uma vez que o rei português era bisneto de Sancho IV, de Castela<sup>41</sup> e o parente vivo mais próximo de Pedro, o *Cruel*<sup>42</sup>. Para isso, precisava de se aliar contra Henrique de Trastâmara, conseguindo assim, uma aliança com Pedro IV de Aragão, como foi referido acima, e reforçou-a com a promessa de casamento com a filha do rei aragonês, a princesa Leonor. Fernão Lopes refere que o D. Fernando mandou um cavaleiro chamado *Monsse Joham de Villaragurt* para celebrar o seu casamento com a princesa aragonesa na Igreja de S. Martinho em Lisboa<sup>43</sup>.

(...) e fallamdo a elRei sobresto, prougue de a casar com elle; e mandou huum seu cavaleiro que chamavom Monsse Joham de Villaragurt com poder bastante para firmar este casamento, o qual chegou a Lixboa omde elRei Dom Fernando estava; e feitas suas aveemças, foi elRei esposado com ella per palavras de presentemte, na egreia de Sam Martinho da dita çidade (...) <sup>44</sup>.

E, segundo o Visconde de Santarém, D. Fernando celebrou sponsais com Leonor: “Nesta época celebrou-se em Lisboa o tratado de liga, e casamento do Senhor Rei D. Fernando com a Infanta D. Leonor, filha de D. Pedro IV, Rei de Aragão (...)”<sup>45</sup>. Além disso, ficou estabelecido que o rei de Aragão daria um dote de 100 mil florins à sua filha, declararia guerra a Castela por um período de dois anos e D. Fernando teria de lhe pagar o soldo de 1500 lanças durante um período de seis meses, entre outros artigos<sup>46</sup>. A princesa aragonesa Leonor casou por palavras de presente, em Portugal, no entanto, foi representada por um procurador.

<sup>38</sup> Henrique de Trastâmara e o seu exército.

<sup>39</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...*, pp. 175-176.

<sup>40</sup> Carlos V.

<sup>41</sup> Ver o Quadro nº 1 em Anexos.

<sup>42</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...*, p. 180.

<sup>43</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XXIX, p. 83.

<sup>44</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XXIX, p. 83.

<sup>45</sup> SANTARÉM, Visconde de - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, p. 218.

<sup>46</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 218-219.

Na Idade Média compreendia-se a distinção entre casamento por palavras de futuro, onde era feita uma promessa de consórcio (vulgo noivado), e o casamento por palavras de presente, onde se cumpria o sacramento. A estas duas fases era comum aplicar-se o termo de *esponsais*<sup>47</sup>.

No período medieval era habitual firmarem-se casamentos por procuração e sabe-se que no ano de 1369, D. Fernando esteve em Portugal em maio, outubro, dezembro e, no ano seguinte, em fevereiro, março e abril<sup>48</sup>, contudo não existem provas de que Leonor de Aragão tenha estado em Portugal. Maria José Pimenta Ferro afirma que os *esponsais* que Fernão Lopes retrata na sua crónica ocorreram, eventualmente, no início de 1370, antes do envio da embaixada a Aragão, de acordo com as negociações abordadas acima entre D. Fernando e Pedro IV<sup>49</sup>. Não obstante, no mesmo ano, Pedro IV enviou uma embaixada a Portugal para confirmar a vinda da sua filha, assim que tivesse a dispensa do Papa<sup>50</sup>, visto que Leonor de Aragão já tinha sido esposada antes de ser prometida a D. Fernando. Em junho do mesmo ano, o conde de Ourém D. Afonso Telo, que se encontrava em Aragão com o objetivo de trazer a princesa Leonor, volta para Portugal sem a mesma e Pedro IV refere não ter recebido a dispensa do Papa até àquele momento. D. Fernando usa isto a seu favor, uma vez que não cumpre a promessa de legitimar o casamento<sup>51</sup>. Segundo Fernão Lopes, há autores que têm uma perspetiva diferente acerca do matrimónio previsto entre D. Fernando e Leonor de Aragão. O cronista não refere os nomes, apenas as suas convicções: algumas afirmam que à altura deste casamento, D. Fernando já se tinha envolvido com Leonor Teles, sobrinha do conde Afonso Telo. Uma outra, indica que quando o conde chegou a Aragão defrontou-se com a fealdade da filha de Pedro IV e decidiu não a trazer<sup>52</sup>. De facto, esta aliança não foi legitimada porque, entretanto, estabeleceu-se uma promessa de casamento entre D. Fernando e uma segunda

---

<sup>47</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles, uma mulher de poder*, dissertação de mestrado em *História Medieval de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. p. 115.

<sup>48</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, p. 213.

<sup>49</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, p. 214.

<sup>50</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, p. 222.

<sup>51</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, p. 221.

<sup>52</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XLVII, p. 128. O cronista refere que “o qual aver levou o comde Dom Joham Affonso Tello, o qual era moor privado que entom elRei avia; e que em guisamdo elRei Dom Fernando por mandar esta embaxada, que se namorou com Dona Lionor Tellez, sobrinha deste comde, filha de seu irmão Martim Affonso Tello, que fora casada com Joham Lourenço de Cunha, e era ja quite emtom delle, a qual este comde tinha em sua casa sabendo bem parte do amor que elRei lhe avia; e que o comde chegou com este aver a Aragom, omde foi descarregado, e bem guardado daqueles que delle levavam carregos; e que vista a Iffante pelo comde, e per aquelles que com quem elle hiam, que todos disserom, que nunca tam cousa fea cousa virom, e mais que disserom alguns que ante perderiam todo aquel aver, e sete tanto mais aalem, que casar com tal molher como aquella”.

Leonor, filha de Henrique II, rei de Castela que foi um reforço, no sentido do firmamento de um tratado de paz, o Tratado de Alcoutim<sup>53</sup>.

Apesar de com este tratado, D. Fernando renunciar às pretensões ao trono de Castela e se aliar com o inimigo, era previsível que o monarca não fosse cumprir a promessa de casamento com a princesa castelhana<sup>54</sup>, cuja celebração era proibida sem a dispensa do Papa tendo em conta os princípios do direito canónico, já que D. Fernando e Leonor de Castela eram primos co-irmãos<sup>55</sup>. No entanto, é importante destacar que Henrique II tinha duas filhas chamadas “Leonor”: uma, fruto do casamento com Joana Manuel, nascida em 1363; outra, resultado de uma relação extraconjugal com Leonor Álvarez, cuja informação não foi encontrada. Esta filha ilegítima já teria nascido em 1360. Maria José Pimenta Ferro indica que Leonor de Castela é filha de Henrique II e de Joana Manuel, posteriormente rainha de Navarra<sup>56</sup>.

Entretanto, D. Fernando casa-se, em segredo, em 1371, com Leonor Teles de Meneses, uma nobre da corte, e usou esse casamento para não cumprir a promessa que estabeleceu no Tratado de Alcoutim.

(...) chegaram messegeiros delRei Dom Fernando, per os quaaes lhe fez saber, que nom ouvesse por nojo de el nom poder casar com sua filha, por quamto elle era casado com huuma dona de Portugal, que chamavom Dona Lionor Tellez de Meneses<sup>57</sup>.

Segundo Fernão Lopes, D. Fernando queria manter a aliança com o rei de Castela “(...) mas nom embargamdo esto, que a sua voontade era de ficar e seer seu amigo (...)”<sup>58</sup>. Apesar disso, as pretensões de ocupar o trono castelhano não desvaneceram. “(...) se vê já antes da expulsão total dos Mouros do solo da Península concebêra ElRei D. Fernando o projecto de estender o territorio portuguez com parte dos dominios castelhanos (...)”<sup>59</sup>.

---

<sup>53</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, p. 225.

<sup>54</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...*, p. 190.

<sup>55</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, p. 143. (Ver o Quadro nº 2 em Anexos).

<sup>56</sup> Devido ao casamento com Carlos III em 1375.

<sup>57</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. LVIII, p. 157.

<sup>58</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. LVIII, p. 157.

<sup>59</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 9-10.

## 2.2. Casamento com Leonor Teles de Meneses

Leonor Teles foi uma mulher poderosa no reinado de D. Fernando. Nasceu em 1350, provavelmente em Trás-os-Montes<sup>60</sup>. Filha de Martim Afonso Telo, que segundo Maria José Pimenta Ferro, estava nessa altura ao serviço da rainha castelhana Maria, e de Aldonça de Vasconcelos, que falecera devido à peste negra depois de dar à luz a fidalga<sup>61</sup>.

Antes de ser rainha de Portugal, a fidalga fora casada com João Lourenço da Cunha, vassalo do infante D. João de Castro, e juntos tiveram dois filhos, uma menina que faleceu cedo e Álvaro da Cunha<sup>62</sup>. Este casamento tinha sido negociado pelo tio de Leonor, Afonso Telo. Contudo, a futura rainha tudo fez para esconder que tinha sido mãe, pois segundo Fernão Lopes “(...) por se dar virgem a el-rei D. Fernando, dizia que seu marido nunca dormira com ela”<sup>63</sup>. Uma vez que na Idade Média os casamentos eram somente uma peça de xadrez na política externa, ou seja, serviam para criar alianças; no caso de D. Fernando e Leonor Teles permanece a dúvida: será que o rei se apaixonou pela jovem nobre? Segundo Fernão Lopes, quando este viu a beleza da jovem fidalga esqueceu os compromissos esponsais que assumira em Castela. “Dom Fernando, como era mujto costumado de hir veer a meude a Inffamte sua irmã, quamdo vio Dona Lionor em sua casa, louçaã e de boom corpo...muj aficadamente esguardou suas fremosas feiçoões e graça (...)”<sup>64</sup>. Assim sendo, o rei casou com Leonor Teles, em segredo, em 1371 e publicamente em 1372.

Na primavera de 1372, vindo do Porto, chegou o rei D. Fernando à pequena localidade nortenha de Leça do Balio. Era neste lugar, rodeado dos seus mais fiéis cortesãos, que o rei contava realizar o seu casamento público com uma dona nobre chamada Leonor Teles de Meneses<sup>65</sup>.

D. Fernando, durante o seu reinado, fez inúmeras doações a Leonor Teles. A primeira: Reguengos de Frielas e Unhos, a 2 de dezembro de 1371, cuja justificação nunca foi apresentada<sup>66</sup>. A historiografia portuguesa revela-nos que Leonor Teles, depois do casamento, recebeu mais terras e doações<sup>67</sup> do que as restantes rainhas portuguesas até

---

<sup>60</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. I, 4ª ed. Lisboa: Verbo, 1990. p. 288.

<sup>61</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, p. 142.

<sup>62</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada ...*, p. 66.

<sup>63</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada ...*, pp. 66-67.

<sup>64</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. LVII, p. 154.

<sup>65</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 17.

<sup>66</sup> Relembro que apesar do matrimónio se ter firmado em 1372, estes já tinham casado a furto em 1371.

<sup>67</sup> Ao todo são 152 documentos. Ver Quadro nº 4.

àquela altura, o que indica uma forte ascendência sobre Fernando<sup>68</sup>, além disso, era notável que o rei queria engrandecer a sua esposa, como era usual à época.

D. Leonor, após a anulação do seu casamento anterior não tinha direito ao dote pela sua família, uma vez que era considerada adúltera e, por isso, as arras foram generosas<sup>69</sup>. Além disso, D. Fernando fez-lhe doações a título vitalício.

Apesar de Leonor influenciar o rei em certos aspetos, no que concerne à política externa este tomava as suas próprias decisões, porém, é de realçar que este casamento lhe fechou algumas portas. Se, por exemplo, D. Fernando tivesse firmado o matrimónio com Leonor de Castela, e se esta realmente fosse a filha legítima de Henrique II e de Joana Manuel, o rei português poderia mais facilmente chegar ao trono castelhano do que através da guerra. Portanto, possivelmente, se Juan I<sup>70</sup> morresse sem filho varão, D. Fernando poderia ser rei de Castela; ou em último caso, se o monarca português e Leonor de Castela concebessem um filho varão, este poderia ocupar o trono de Castela e de Portugal, a menos que Henrique II ou Juan I o excluíssem do testamento. Por outro lado, Luís Adão da Fonseca refere um ponto de vista pertinente. Na sua perspetiva, o casamento com Leonor Teles é mais do que uma “súbita paixão”<sup>71</sup>, uma vez que entre os anos 1371 e 1372, a Inglaterra delibera a proibição da navegação dos barcos castelhanos no Canal da Mancha e, mais tarde, os ingleses rendem-se na cidade de La Rochelle<sup>72</sup>. Segundo este autor, Portugal não poderia escolher um lado naquele conflito: se casasse com Leonor de Castela estaria a afastar a aliança inglesa.

Voltando ao casamento com Leonor Teles, Fernão Lopes na sua crónica dá a ideia de que a fidalga é uma “maa molher”, ou seja, uma mulher adúltera e manipuladora<sup>73</sup>. Mas, não podemos declará-lo como certo. Segundo Maria José Ferro, quando o monarca a viu no paço de Beatriz (já era casada e mãe) e ficou completamente apaixonado, ela, provavelmente, rejeitou-o<sup>74</sup> e, portanto, “para a possuir”<sup>75</sup>, D. Fernando teria de fazer dela

---

<sup>68</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles* ..., pp. 50-51.

<sup>69</sup> RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *For the Honor of Her Lineage and Body: the Dowers and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal*, Vol. V, nº 1, 2007. p. 4.

<sup>70</sup> Filho varão de Henrique II.

<sup>71</sup> FONSECA, Luís Adão da - *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986. p. 18.

<sup>72</sup> FONSECA, Luís Adão da - *O Essencial* ..., p. 17.

<sup>73</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada* ..., p. 357.

<sup>74</sup> “O recato e a modéstia próprios de uma dona devem tê-lo enlouquecido de paixão. Obstinado na sua vontade, não vendo mais nada do que o seu desejo de a possuir, como poderia a jovem dama recusá-lo? É provável que esta tivesse sido a sua primeira atitude. Leonor rejeitava os propósitos apaixonados do monarca que fariam dela uma amante real.” - TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor* ..., p. 149.

<sup>75</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor* ..., pp. 149-150.

rainha. Aliás, antes de o rei pedir a mão de Leonor em casamento, a irmã desta, Maria Teles, tentou dissuadi-lo lembrando-lhe que ela era uma mulher casada e, por isso, não deveria ser a sua *barregaã*<sup>76</sup> e que, além disso, ele estava prometido a Leonor de Castela, como ditava o *Tratado de Alcoutim*<sup>77</sup>.

É notável uma intervenção de D. Leonor na política do reino: os tratados de casamento da filha de ambos, Beatriz, nascida em 1373, eram assinados tanto por D. Fernando como pela sua esposa. A rainha teve um grande papel político, que pode ter surgido fruto das suas capacidades, as quais o rei podia valorizar, ou de manipulação, como sugere Fernão Lopes.

O que o povo pensava do casamento entre D. Fernando e Leonor Teles? “Não admira, portanto, que esse casamento, realizado em segredo no ano de 1371 e publicamente em 1372, precedido de relações adúlteras notórias, tenha servido de motivo alegado para revoltas populares como até aí nunca se viram”<sup>78</sup>. O povo era completamente contra a união entre o monarca e a fidalga, pois acreditava-se que punha em risco a paz do reino.

### 3. Pretensões ao trono de Castela

Este tópico tem como objetivo analisar o impacto das guerras fernandinas na política externa de D. Fernando e os consequentes tratados que assinou com Castela.

#### 3.1. As Guerras Fernandinas

Portugal e Castela previram que os seus interesses políticos e económicos estavam em jogo, nas *guerras fernandinas*, devido ao clima de hostilidade que pairava na Europa. O comércio marítimo era importantíssimo para D. Fernando, principalmente por causa do acesso aos portos do Atlântico Norte e, por isso, aproveitava as oportunidades comerciais provenientes das suas alianças políticas<sup>79</sup>.

Após a morte do Pedro, o *Cruel*, D. Fernando tinha legitimidade para subir ao trono castelhano<sup>80</sup>, como já referido, e apesar de ter sido reconhecido pelo rei de Aragão e pelo

---

<sup>76</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. LVII, p. 155.

<sup>77</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, p.151.

<sup>78</sup> SOUSA, Armindo de – *1325-1480 in A Monarquia Feudal (1096-1480)*, coord. José Mattoso. Vol. II da *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 491.

<sup>79</sup> FONSECA, Luís Adão da - *O Essencial ...*, p. 16.

<sup>80</sup> “... D. Fernando decidiu-se a reconhecer a candidatura à Coroa de Castela de João de Gaunt, duque de Lencastre, casado com uma filha de Pedro, o Cruel.” - MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática*

rei de Granada<sup>81</sup>, Henrique II chegou ao poder em 1369. Essa disputa entre o rei de Portugal com o de Castela e, mais tarde, com o seu sucessor Juan I, deu origem às chamadas *Guerras Fernandinas* (1369-1383).

A primeira fase compreende os anos de 1369 e 1370. D. Fernando, para reivindicar o seu direito ao trono entra na Corunha, onde é bem recebido<sup>82</sup>. Além disso, outras cidades também apoiaram a imposição do monarca português: Tui, Salvatierra de Miño, Baiona, Orense, Milmanda, Allariz, Lugo, Santiago de Compostela, na Galiza. Em León: Zamora, Ciudad Rodrigo, Lumbrales, Hinojosa de Duero, Alcántara e Valência. Na Andaluzia: Carmona<sup>83</sup>. Mas, quando D. Fernando percebe que Henrique II marchava contra ele retirase imediatamente da Galiza. Esta guerra termina com a celebração do *Tratado de Alcoutim* a 31 de março de 1371, que visava uma aliança entre o reino de Portugal e o de Castela: D. Fernando teria que se aliar ao rei de França e, no sentido de firmar este pacto ajustaria o casamento com Leonor, filha de Henrique II<sup>84</sup>. Como já referido, D. Fernando infringe este tratado ao casar-se a furto com Leonor Teles<sup>85</sup>. A segunda fase (1372-1373), começa pela revogação da aliança que não favorece o entendimento entre os dois países. Nesse sentido, Portugal estabelece um acordo com Inglaterra contra Castela, o *Tratado de Tagilde*, em 1372 e Henrique II ataca Portugal, partindo de Zamora em direção à fronteira e conquistou: Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico da Beira e Viseu<sup>86</sup>. O exército português era menos organizado do que o de Castela e, por esse modo não foi possível enfrentar o rival<sup>87</sup>. A paz é restabelecida, em Santarém, a 19 de março de 1373 e ratificada pelo tratado de casamento entre a meia irmã de D. Fernando, D. Beatriz e o irmão de Henrique II, D. Sancho<sup>88</sup>.

A terceira fase (1381-1382) vem em conformidade das contínuas ambições de D. Fernando. Este sentia-se traído por todos<sup>89</sup> e decide reunir um conselho para que fossem estabelecidas estratégias de guerra contra Castela, porém é-lhe recomendado que não avance. Contudo, o rei declara novamente guerra ao reino castelhano em maio de 1381<sup>90</sup>

---

*Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: Tribuna, 2006. pp. 63-64.

<sup>81</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. XIV, p. 42.

<sup>82</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, p. 215.

<sup>83</sup> MARQUES, A. H. Oliveira - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Dir. A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1987. p. 511.

<sup>84</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 224-225.

<sup>85</sup> ARNAUT, Salvador Dias - *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV: a sucessão de D. Fernando*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960. p. 9.

<sup>86</sup> MARQUES, A. H. Oliveira - *Portugal na crise ...*, p. 515.

<sup>88</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 233-235.

<sup>89</sup> Naquela altura, já tinha sofrido tentativas de envenenamento provavelmente.

<sup>90</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, p. 247.

e negocia com Inglaterra, mais precisamente através do conhecido conde D. Juan Fernandez de Andeiro<sup>91</sup>. Esta terceira guerra foi um fracasso para Castela, visto que o rei castelhano aceitou uma paz sem negociação, com receio de uma invasão inglesa<sup>92</sup>. Apesar disso, a aliança anglo-portuguesa ficou deteriorada e Castela conseguiu alcançar os portos do Atlântico Norte, desejados por Portugal. E, se D. Fernando quisesse ter acesso aos mesmos teria de se aliar ao inimigo<sup>93</sup>. Desta feita, o conflito termina com a celebração do *Tratado de Salvaterra de Magos*<sup>94</sup>, em 1383, que estabelecia a paz entre os dois reinos reforçada pelo casamento entre a infanta Beatriz, única filha legítima de D. Fernando, e Juan I, rei de Castela, que acabara de enviuar.

### 3.2. Tratados e Alianças com Castela

D. Fernando prometeu em casamento as suas duas filhas, Isabel e Beatriz, com o objetivo de selar alianças ou “acordos” de guerra<sup>95</sup>. Na Idade Média, os descendentes dos monarcas eram peças fundamentais na política europeia, neste caso: ibérica. Em 1373, D. Fernando e Henrique II de Castela discutiram, em Santarém, o casamento entre a filha ilegítima do monarca português, Isabel e o filho do rei castelhano, o Conde D. Afonso<sup>96</sup>, ambos menores de idade<sup>97</sup>. Dois anos depois, em novembro de 1375, os esponsais foram firmados em Burgos.

Em 1374, Henrique II envia uma embaixada a Portugal com a finalidade de celebrar um tratado contra Pedro IV de Aragão. Essa aliança propunha a D. Fernando que ajudasse o rei castelhano em caso de guerra por mar, disponibilizando-lhe quatro galés; ou se o rei de Portugal quisesse fazer a guerra por mar contra Aragão, seria Henrique II a facultar-lhe as galés. O acordo, inicialmente, tinha em vista não dar tréguas a Aragão, porém, no mesmo ano, Henrique II volta a dirigir uma embaixada para avisar D. Fernando que Castela poderia fazer uma aliança com Aragão sem que isso interferisse com a paz conseguida através do tratado de 1373.

---

<sup>91</sup> Portugal precisava da ajuda militar inglesa, uma vez que o seu exército não era forte o bastante para dominar o de Henrique II.

<sup>92</sup> MARQUES, A. H. Oliveira - *Portugal na crise ...*, p. 520.

<sup>93</sup> FONSECA, Luís Adão da - *O Essencial ...*, p. 24.

<sup>94</sup> ARNAUT, Salvador Dias - *A Crise Nacional ...*, p. 47.

<sup>95</sup> BALEIRAS, Isabel Pina - *Os casamentos da infanta D. Beatriz in Casamentos da Família Real portuguesa: diplomacia e cerimonial*, coord. Ana Maria S. A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. p. 83.

<sup>96</sup> O Conde D. Afonso era filho de Henrique II e de Elvira Iniguez de la Vega. - RAMOS, Victor - Enrique II, rey de Castilla in *Genealogia de Victor Ramos*. Disponível em: <<http://pagfam.geneall.net/552/pessoas.php?id=1143061>> (Consultado em: 2019-01-04).

<sup>97</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, p. 235.

(...) cujo objecto era dizer ao Senhor Rei D. Fernando que, no caso de d'elle Rei de Castela fazer a paz com ElRei de Aragão, lho não levasse a mal; porque o seu desejo era que ElRei de Aragão emendasse alguns erros<sup>98</sup>.

Ao mesmo tempo, os reis já estavam a tratar do casamento entre Beatriz, filha legítima de D. Fernando e Fradique, filho ilegítimo de Henrique II, desde 1373. Teriam de esperar que ambos tivessem a idade requerida para o ato<sup>99</sup>. Três anos depois, em novembro de 1376, celebram-se cortes em Leiria, as quais aprovam o tratado de casamento entre os infantes. No dia 24 desse mês, realizam-se os esponsórios e a 19 de janeiro de 1377, o acordo é ratificado pelo rei castelhano<sup>100</sup>. No entanto, o matrimónio não se chegou a firmar, porque Fradique não iria ser rei de Castela<sup>101</sup>, por ser ilegítimo e por Henrique II ter um filho varão, Juan. D. Fernando acreditava que isso podia ser um perigo para a independência portuguesa, visto que não põe a hipótese que após a sua morte, o rei de Portugal possa ser um dos filhos de Inês de Castro.

Henrique II morre em 1379 e sucede-lhe Juan I. No ano seguinte, em 1380, D. Fernando envia mensageiros ao rei de Castela para tratar do casamento entre o filho deste e de Leonor de Aragão<sup>102</sup>, o Infante D. Henrique, e Beatriz, o que anulava o tratado matrimonial anterior com D. Fradique<sup>103</sup>. Esta união também interessava a Juan I que ambicionava ocupar trono português. “Esta situação criava naturais perturbações. O rei castelhano vendo a possibilidade de Castela vir em breve mandar em Portugal, actua em conformidade, ciente daquela e de outras fraquezas do reino”<sup>104</sup>. O tratado de casamento entre D. Henrique e D. Beatriz realizou-se a 21 de maio de 1380<sup>105</sup>.

No mesmo ano, apesar da aliança com Castela, D. Fernando esforça-se numa última tentativa de chegar ao trono e declara guerra entre os dois reinos em maio de 1381<sup>106</sup>. É importante referir que o monarca português já tinha sofrido possíveis tentativas de envenenamento, o que fragilizou a sua saúde e, por esse motivo, talvez sentisse que era traído por todos. Além disso, na corte pensava-se que a doença do rei, tuberculose

<sup>98</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 236-239.

<sup>99</sup> ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional ...*, p. 20.

<sup>100</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 240-241.

<sup>101</sup> ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional ...*, p. 23.

<sup>102</sup> Leonor de Aragão tinha estado prometida a D. Fernando. Contudo, casa-se com Juan I em maio ou junho de 1375. Desse matrimónio nasce Henrique em 1379, considerado sucessor, e, tendo isso em conta, D. Fernando achou que o infante castelhano devia ser noivo de Beatriz. - ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional ...*, p. 26.

<sup>103</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, p. 242.

<sup>104</sup> ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional ...*, pp. 24-25.

<sup>105</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 246-247.

<sup>106</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 247-248.

pulmonar<sup>107</sup>, não lhe permitia voltar a ter filhos e o facto de Leonor Teles ter engravidado punha em causa a legitimidade dos infantes (que morreram à nascença ou pouco depois)<sup>108</sup>. Também havia um boato sobre Leonor Teles: que esta pudesse ter uma relação com o conde Andeiro e que os filhos seriam dele. Mais uma vez, realço que Fernão Lopes sempre procurou sugerir a infidelidade da rainha e não se sabe ao certo se a doença do monarca o deixou estéril<sup>109</sup>, como indica Rita Costa Gomes<sup>110</sup>. De facto, a sucessão ao trono era um problema. O rei teria de agir rapidamente. A 9 de agosto de 1382, D. Fernando celebra um acordo de paz com Juan I, no qual anula o tratado de casamento anterior entre D. Beatriz e D. Henrique e a promete ao Infante D. Fernando, filho segundo de Juan I<sup>111</sup>.

No mesmo ano, a esposa de Juan I, morre alguns dias depois de um parto e D. Fernando aproveita o facto de o rei de Castela estar viúvo para propor casar a sua filha com ele<sup>112</sup>.

ElRei Dom Fernando, como ouviu dizer que esta Rainha era finada, e elRei de Castella viuvo, determinou em seu consello de desfazer o casamento da Iffante Dona Beatriz sua filha, que avija de seer molher do Iffante Dom Fernando... e casalla com elRei Dom Joham, prazemdo a el de tal casamento<sup>113</sup>.

Os tratados de casamento de D. Beatriz tinham todos algo em comum: se D. Fernando falecesse, sem filho varão, suceder-lhe-ia Beatriz; o esposo poderia ser rei de Portugal se consumasse o casamento com a infanta Beatriz e se D. Leonor Teles ficasse grávida e não desse à luz um filho varão legítimo; no caso da morte do monarca português sem filho varão e a infanta não tivesse idade para consumir o casamento, esta seria rainha, porém ficaria como regente D. Leonor Teles até que Beatriz atingisse 12 anos; e, por último, se ao falecimento de D. Fernando, deixasse um filho varão que morresse sem filho/a legítimo/a, D. Beatriz e o esposo seriam reis de Portugal, logo que consumassem o matrimónio<sup>114</sup>. Porém, existia uma contrapartida: se à morte de D. Fernando e de D. Leonor, D. Beatriz também falecesse, seria o esposo rei de Portugal (se não houvesse descendência). Contudo, estas alianças tiveram outro aspeto semelhante: os

---

<sup>107</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 162.

<sup>108</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, p. 333.

<sup>109</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, p. 414.

<sup>110</sup> “(...) acentuemos que a tuberculose não inibiria D. Fernando de procriar” - GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, pp. 159-160.

<sup>111</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. I, pp. 248-249.

<sup>112</sup> Ver Quadro nº 3.

<sup>113</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. CLVII, p. 437.

<sup>114</sup> ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional ...*, pp. 21-22.

embaixadores. Todos eles eram próximos das coroas portuguesa e castelhana e, mais tarde, durante a crise de 1383-1385, todos eram a favor de Leonor Teles. É de realçar que nos tratados de casamento de 1380 e 1383, estes eram mais ligados à rainha portuguesa, enquanto que no de 1377, eram mais próximos de D. Fernando<sup>115</sup>.

O matrimónio entre D. Beatriz e Juan I realça-se, visto que surge, como já referido, no contexto da terceira guerra fernandina (1381-1382) como um acordo de paz reforçado por uma aliança de casamento, o *Tratado de Salvaterra de Magos*, em 1383, que podia pôr em causa a independência portuguesa. O conde Andeiro tinha uma procuração do monarca português que lhe permitia tratar do casamento da infanta com o monarca castelhano<sup>116</sup>. O essencial é perceber porque D. Fernando entrega a sua filha ao inimigo. Como acima referido, o monarca deixou os filhos de Inês de Castro, seus meios irmãos, fora do testamento, preferindo aliar-se a Juan I por questões de legitimidade. O rei, sentindo-se doente<sup>117</sup> e abandonado por todos, a começar pela própria mulher, e talvez temendo pela vida da filha Beatriz, terá preferido confiá-la a Juan I<sup>118</sup>. Contudo, após a morte de D. Fernando a 22 de outubro de 1383, Juan I ordenava a aclamação de D. Beatriz ao trono, mesmo esta só tendo 10 anos<sup>119</sup>, o que provocou revoltas em Lisboa, uma vez que o povo era contra a união das coroas<sup>120</sup>, dando origem à crise dinástica de 1383-1385.

#### **4. A Intervenção Inglesa e as relações com Portugal**

No reinado de D. Pedro I, de Portugal, (r. 1357-1367), Afonso Martins Alho<sup>121</sup> dirigiu-se a Londres, para que fosse negociado um tratado comercial, por incumbência dos mercadores marítimos, a 20 de outubro de 1353<sup>122</sup>. Esta aliança tinha surgido durante o reinado de Afonso IV (r. 1325-1357) devido à receção, pelo mercador, de uma carta de segurança proveniente de Eduardo III, a 25 de julho de 1352. A 1 de agosto do mesmo ano, este apresenta-se com Gomes Lopes<sup>123</sup> perante o rei inglês com o objetivo de ajustar

<sup>115</sup> BALEIRAS, Isabel Pina – *Os casamentos da infanta D. Beatriz ...*, p. 90. (Ver Quadro nº5).

<sup>116</sup> ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional ...*, p. 41.

<sup>117</sup> Na corte dizia-se que os irmãos Castro agiram contra o rei.

<sup>118</sup> (“... o rei deve ter pensado que o único modo de assegurar a continuidade da linha legítima consistia em proteger os interesses da filha, transformando em seu marido o mais poderoso dos reis da *Península*.”) - GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 167.

<sup>119</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, pp. 427-428.

<sup>120</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor ...*, pp. 427-428.

<sup>121</sup> Mercador e diplomata português.

<sup>122</sup> SOUSA, Carlos Hermenegildo de – *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: Edições Marânus. 1939. p.19.

<sup>123</sup> Mercador lisboense.

um tratado entre os dois reinos. Eduardo III aceita e, mais tarde, em 1353, firma com Afonso Alho o desejado acordo que consistia na aplicação de direitos e deveres aos mercadores portugueses e ingleses; na harmonia entre os dois reinos, e tendo em conta esta premissa, nenhum dos dois podia apoiar ou aliar-se a um inimigo do outro; na livre possibilidade de viajar e fazer comércio sem que fossem roubadas as mercadorias<sup>124</sup>. Este tratado, cuja validade correspondia a 50 anos, indica-nos que os dois países já eram aliados durante a Guerra dos Cem Anos, uma vez que partilhavam relações comerciais. Todavia, em 1351, Castela já tinha acordado um tratado comercial com Inglaterra, com a exceção da validade ser apenas de 40 anos<sup>125</sup>.

Após a subida ao trono, D. Fernando continuou a preservar as alianças e as relações políticas, já existentes no reino, com Inglaterra e a 9 de outubro de 1367 concede privilégios aos britânicos. A 29 do mesmo mês, o rei confere “(...) mercê aos mercadores ingleses de juiz para conhecer dos feitos tidos sobre mercadorias (...)”<sup>126</sup>, podendo estes estabelecer-se em Portugal, fomentando o comércio e, segundo o Visconde de Santarém: no Tejo, por esta altura, podiam contar-se por diversas vezes 450 navios mercantes portugueses e estrangeiros<sup>127</sup>.

Em 1371, D. Fernando era aliado de Castela através do firmamento do Tratado de Alcoutim. No entanto, no ano seguinte viola-o casando-se com Leonor Teles. E, como já não era aliado de Aragão, precisou de encontrar um auxílio imediato para fazer frente ao reino vizinho. Deste modo, escreve ao Duque de Lencastre por intermédio de Vasco Domingues com o objetivo de lhe pedir ajuda<sup>128</sup>. No entanto, o Duque também tinha pretensões à coroa castelhana, uma vez que a sua esposa D. Constança era filha de Pedro, *o Cruel*<sup>129</sup>. Por isso, envia a Portugal dois embaixadores: Andeiro e Roger Hoor que chegam a Braga em julho de 1372<sup>130</sup> e aí firmam o Tratado de Tagilde, muito importante, mas pouco conhecido entre nós. “Que ElRei e o duque fossem verdadeiros amigos por sempre huum do outro, e que se ajudassem per mar e per terra contra Dom Hemrique, Rei que se chamava de Castella, e comtra elRei Dom Pedro Daragom (...)”<sup>131</sup>. Segundo o

<sup>124</sup> MIRANDA, Flávio - *A cidade dos mercadores ...*, p. 53.

<sup>125</sup> MIRANDA, Flávio - *A cidade dos mercadores ...*, p. 54.

<sup>126</sup> SOUSA, Carlos Hermenegildo de - *A Aliança Anglo-Portuguesa ...*, p. 20.

<sup>127</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. XIV, pp. 40-41.

<sup>128</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar ...*, Vol. XIV, pp. 42-43.

<sup>129</sup> “(...) D. Fernando decidiu-se a reconhecer a candidatura à Coroa de Castela de João de Gaunt, duque de Lencastre, casado com uma filha de Pedro, o Cruel.” - MACEDO, Jorge Borges de - *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: Tribuna, 2006. pp. 63-64.

<sup>130</sup> LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*, cap. LXVIII, p. 177.

<sup>131</sup> LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*, cap. LXVIII, p. 177.

Visconde de Santarém, D. Fernando pensava que apesar do Duque de Lencastre representar um potencial pretendente à coroa de Castela e, além disso, ser filho de Eduardo III, a aliança seria mais proveitosa para Portugal, considerando o apoio que ia receber<sup>132</sup>. A Inglaterra prometeu enviar ajuda a Portugal, mais concretamente um exército de 800 homens de armas e 800 arqueiros para reforçar a força militar portuguesa, comandados por Sir Nicholas Tamworth e por Sir Richard Northland<sup>133</sup>. Os Ingleses tinham, também, planos de conceber um ataque contra Castela e França, em 1373, por causa da derrota que tinham sofrido às mãos dos franceses, na cidade de La Rochelle, no ano anterior<sup>134</sup>. Desse modo, a 27 de novembro de 1372, o monarca português envia Andeiro e Vasco Domingues para que fossem negociados tratados de aliança, de liga e de confederação<sup>135</sup>. Contudo, a ajuda inglesa só chegou passado largos meses, visto que a Inglaterra se concentrava em avançar contra os dois reinos inimigos e, desta feita, reduziu o auxílio militar que ia enviar a Portugal para 600 homens de armas e 400 arqueiros<sup>136</sup>.

Nessa altura, o reino português estava a ser atacado pelas tropas de Henrique II, de Castela, e D. Fernando decide que não ia ripostar sem a chegada de apoio por parte do Eduardo III. No entanto, Lisboa já estava controlada pelo exército castelhano e quando o rei percebeu que a ajuda militar supostamente enviada pelo rei inglês e João de Lancaster não ia chegar, escreve ao Papa no sentido de firmar um tratado de paz com Henrique II, o *Tratado de Santarém*<sup>137</sup>, no qual o *Inconstante* se alia a Castela e a França (inimigos de Inglaterra). Não obstante, Andeiro e Vasco Domingues continuaram a negociar com Inglaterra como se nada se tivesse passado e a 16 de junho de 1373, D. Fernando firma um tratado com Eduardo III<sup>138</sup>, no qual, determinam no artigo IV que o monarca inglês enviaria ajuda militar a Portugal, no sentido de combater Henrique II<sup>139</sup>.

A 15 de julho de 1380, D. Fernando e D. Leonor Teles escrevem uma carta ao Duque de Lencastre a confirmar a aliança contra Castela durante a terceira guerra

---

<sup>132</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar* ..., Vol. XIV, p. 44.

<sup>133</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica* ..., p. 227.

<sup>134</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica* ..., pp. 223-225.

<sup>135</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar* ..., Vol. XIV, p. 44. (Contudo, na *Crónica de D. Fernando*, Fernão Lopes refere que D. Fernando só envia Vasco Domingues a Inglaterra para firmar os tratados - LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. LXVIII, p. 178; já na obra RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica* ..., p. 226, o autor também faz referência a João Fernandes Andeiro).

<sup>136</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica* ..., p. 227.

<sup>137</sup> RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica* ..., p. 228.

<sup>138</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar* ..., Vol. XIV, p. 42.

<sup>139</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar* ..., Vol. XIV, p. 42.

fernandina<sup>140</sup>, onde prometem a infanta Beatriz ao filho do Conde de Cambridge<sup>141</sup>. “(...) esposou elRei sua filha a Iffante Dona Beatriz, per palavras de presente, com Eduarte, filho do comde de Cambrig, moços mujto pequenos (...)”<sup>142</sup>. Andeiro veio, nessa data, a Estremoz com o objetivo de negociar o acordo<sup>143</sup>, porém, o casamento não se realizou. Mesmo assim, Inglaterra participou na ofensiva de Portugal contra Castela. Segundo Isabel Pina Baleiras, D. Fernando por esta altura já não se importava de perder o direito ao trono para o Duque de Lencastre, visto que o seu objetivo era apenas humilhar Henrique II devido ao que “(...) o fizera passar nas duas guerras anteriores”<sup>144</sup>.

## 5. Relações entre Portugal e França

Recuando: a partir de 1337, era possível sentir-se um clima de conflituosidade na Europa. Com a morte de Carlos IV<sup>145</sup>, na França, Filipe de Valois<sup>146</sup> sobe ao trono em 1328, sem qualquer reivindicação inicial. Contudo, Eduardo III<sup>147</sup> de Inglaterra começou a prestar vassalagem, no ano seguinte, ao rei de França pelo feudo da Guiena e, com isto, pode afirmar-se que é a possível origem do conflito entre os dois países, que durou até 1453. A esta contenda deu-se o nome de Guerra dos Cem Anos e foi motivada por questões feudais e dinásticas, apesar das tentativas de negociação iniciais.

La guerre de Cent ans fut donc au moins autant une longue succession de négociations de paix qu’une suite d’épisodes militaires. Elle apparaît comme l’interminable recherche d’un règlement durable entre deux princes et deux royaumes qu’une grave querelle opposait (...) <sup>148</sup>.

Como o monarca francês não cedia, Eduardo III decidiu reivindicar a coroa de França<sup>149</sup>, uma vez que tinha legitimidade<sup>150</sup>. Depois de algumas batalhas, com perdas significativas para ambos, o rei de Inglaterra propôs a Filipe de Valois que abandonaria a sua pretensão ao trono francês, se este lhe concedesse um ducado na Aquitânia. No entanto, se realmente a sua reivindicação fosse legítima, renunciar não seria o melhor,

<sup>140</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles* ..., p. 211.

<sup>141</sup> SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar* ..., Vol. I, p. 245.

<sup>142</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. CXXX, p. 363.

<sup>143</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles* ..., p. 211.

<sup>144</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles* ..., p. 211.

<sup>145</sup> Fim da dinastia dos Capetos.

<sup>146</sup> « (...) le noble roi Philippe de Valois très hârdi et bachelereux (vaillant) chevalier... » - FROISSART, Jean – *Des Chroniques Nationales Françaises*. Ed: J. A. Buchon. Vol. I. Paris, 1824. Cap. I, p. 7.

<sup>147</sup> FROISSART, Jean – *Des Chroniques Nationales Françaises* ..., Vol. I, cap. I, p. 6.

<sup>148</sup> MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie* ..., p. 680.

<sup>149</sup> MIRANDA, Flávio - *A cidade dos mercadores* ..., p. 54.

<sup>150</sup> FROISSART, Jean – *Des Chroniques Nationales Françaises* ..., Vol. I, cap. I, pp. 11-12.

visto que significava uma perda de honra<sup>151</sup>. No Tratado de Brétigny-Calais, em 1360, a paz torna-se possível e os ingleses ganham alguns territórios<sup>152</sup>, porém, as condições do acordo não foram completamente respeitadas e, dessa forma, a harmonia entre os dois países estava em risco<sup>153</sup>. Este conflito abalou vários reinos europeus, nomeadamente Portugal e Castela devido às suas alianças antagónicas.

Portugal era aliado de Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos desde o tratado comercial de 1353, no entanto só em 1373 é que assistimos a uma verdadeira aliança política. Contudo, em 1378, D. Fernando firma um tratado com o Duque de Anjou, no sentido de começar uma guerra contra Aragão, uma vez que Pedro IV lhe tinha ficado com o ouro<sup>154</sup> estipulado na promessa casamento com Leonor de Aragão. “(...) traudou amizade com Dom Luis, duque Danjo, filho delRei de França, que fossem ambos dhuum acordo em fazer guerra a elRei Daragom”<sup>155</sup>. Os embaixadores do Duque, Ruberte Noyers e Yvo de Gernal, chegam a Tentúgal em abril do mesmo ano e visto que alguns pontos não foram determinados, D. Fernando envia a França: Lourenço Anes Fogaça e João Gonçalves, em junho, onde o rei francês ajusta a aliança com Portugal. “Que o duque fizesse guerra comtra elRei Daragom, assi per mar como per terra”<sup>156</sup>. No entanto, segundo Fernão Lopes, não existem dados sobre o começo da guerra contra Aragão<sup>157</sup>. Portanto, é possível que a aliança nunca se tenha intensificado.

## 6. O Cisma do Ocidente

O Cisma<sup>158</sup> do Ocidente agravou a divisão europeia que já se fazia sentir desde o início do conflito anglo-francês proveniente da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Apesar de ter havido várias ruturas ao longo da história da Igreja, o Cisma do Ocidente

---

<sup>151</sup> MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie ...*, p. 681.

<sup>152</sup> Ducado da Aquitânia (Guiena, Gasconha, Limousine e Poitou).

<sup>153</sup> MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie ...*, p. 682.

<sup>154</sup> “(...) tendo elRei gram sentimento do ouro que lhe tomara elRei Daragom ...” - LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XCVII, p. 263.

<sup>155</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XCVII, p. 263.

<sup>156</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XCVII, pp. 263-264.

<sup>157</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XCVII, p. 264.

<sup>158</sup> Cisma – “Significa uma rutura com a comunhão eclesial, distinta da apostasia ou da heresia, pois não diz respeito a uma verdade em que é necessário crer ou a uma doutrina a exigir submissão. Em sentido restrito, o termo significa a recusa de submissão ao Papa ou de comunhão com os membros da Igreja que lhe estão submetidos.” – MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Cisma do Ocidente e Portugal* in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 144.

não se tratou de uma simples separação, uma vez que existiu uma contenda em torno da eleição papal<sup>159</sup>.

A 8 de abril de 1378, os cardeais romanos nomearam o arcebispo de Bari, Bartolomeo Prignano<sup>160</sup>, no sentido de apaziguar o povo de Roma devido aos excessos que eram cometidos na Igreja. Contudo, muitos clérigos eram contra a eleição deste Papa uma vez que acreditavam que nem era proveitoso para eles nem para a instituição eclesiástica<sup>161</sup>. Tendo em conta este desagrado, a maioria dos cardeais propôs que se elesse outro Papa. “La mayoría propusieron elegir a otro que fuera sensato y firme, por quien la Iglesia estuviera bien gobernada”<sup>162</sup>. A 20 de setembro do mesmo ano, os que estavam descontentes decidiram declarar inválida a eleição de Urbano VI<sup>163</sup> e a votação recaiu para Robert de Genebra<sup>164</sup>, filho do Conde de Genebra<sup>165</sup> que tinha ligações à Coroa de França. Estavam novamente as cidades de Avinhão e Roma a disputar o lugar do chefe supremo da Igreja.

D. Fernando foi um dos primeiros reis europeus a receber a notícia da eleição de Urbano VI, dada por D. Agapito Colonna<sup>166</sup>. Desta forma, mandou traduzir em vernáculo os cânones, devido à irregularidade da situação<sup>167</sup>. Fernão Lopes indica que era compreensível que um rei católico duvidasse de qual das eleições<sup>168</sup> seria verdadeira, tendo em conta as repercussões do Cisma<sup>169</sup>. Porém, na fase inicial, D. Fernando teve uma postura de neutralidade e reconheceu Urbano VI, de Roma, como Papa da Igreja Católica.

O antipapa Clemente VII nomeia, em primeiro lugar, como seu núncio o cardeal Pedro de Luna<sup>170</sup> e Eymeric dirige-se para a mesma posição em Lisboa<sup>171</sup>. Esta presença de dois papas deu origem a dúvidas sobre qual seria o verdadeiro chefe supremo eclesiástico e, por isso, discutiu-se largamente a quem deviam obediência, contudo, sem

---

<sup>159</sup> MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Cisma do Ocidente ...*, p. 144.

<sup>160</sup> Mais tarde chamado Urbano VI.

<sup>161</sup> FROISSART, Jean – *Crónicas*. Ed: Victoria Cirlot e J.E. Ruiz Domenec. Madrid: Ediciones Siruela, 1988. p. 291.

<sup>162</sup> FROISSART, Jean – *Crónicas*, p. 291.

<sup>163</sup> MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Cisma do Ocidente ...*, p. 144.

<sup>164</sup> Futuro Clemente VII.

<sup>165</sup> Amadeu III.

<sup>166</sup> Bispo de Lisboa.

<sup>167</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal e o Cisma do Ocidente*. Lisboa: Lusitânia Sacra, 1956. p. 71.

<sup>168</sup> Ambas as eleições se realizaram em solo italiano, no Vaticano e em Fondi. - MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Cisma do Ocidente ...*, p. 144.

<sup>169</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 72.

<sup>170</sup> Aragonês.

<sup>171</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 76.

conclusões definitivas, o que levou à suspensão do conselho<sup>172</sup>. Segundo Júlio Baptista, D. Fernando tinha duas opções: reunir-se com os outros reinos ibéricos e entre eles chegar a um consenso sobre a qual Papa deveriam obedecer ou enviar um “homem douto” a Roma, no sentido de averiguar qual eleição tinha sido válida<sup>173</sup>.

Nos inícios de fevereiro de 1379, Urbano VI enviou a Portugal o arcediogo de Barroso com bulas destinadas ao rei e aos bispos, mas este não chegou ao seu destino visto que a câmara apostólica de Avinhão tinha pagado a João de Beune e a João Bellin<sup>174</sup> para o aprisionarem. Por outro lado, Clemente VII comunicava com Portugal e a 19 de fevereiro do mesmo ano remeteu as bulas de provisão para os bispados de Lisboa e Silves e, nesse sentido, transferiu D. Martinho de Silves para Lisboa e nomeia para Silves, Pedro (cónego lisboense), enviando também duas bulas ao rei de maneira a que este não se opusesse à transferência. D. Martinho toma posse da sua diocese em maio seguinte e Lisboa tinha agora dois bispos, um pró Urbano VI e outro a favor do antipapa, Clemente VII<sup>175</sup>. No entanto, D. Fernando não aceitou de imediato obedecer a Avinhão e, visto isso, Urbano VI determina uma sentença favorecendo o arcebispo de Braga, em Leiria, a mando do rei<sup>176</sup>. Em França, o antipapa tinha sido bem aceite pelo clero e pelo rei apesar da dúvida inicial e o mesmo aconteceu nos restantes reinos ibéricos (à exceção de Portugal que apoiou inicialmente Urbano VI e mais tarde Clemente VII), na Escócia, na Saboia, em Milão e em Nápoles, bem como no Sacro Império Romano-Germânico, no Brabante e nos Países Baixos<sup>177</sup>.

El rey Charles de Francia fue informado de tal modo por los más grandes clérigos de su reino, que obedeció al papa Clemente y tuvo por el papa legal...El rey de España mantuvo también esta opinión, y lo mismo hicieron el conde de Savoie, el señor de Milán y la reina de Nápoles<sup>178</sup>.

Em maio de 1379, depois de reunido o conselho para a verificação de quem seria o verdadeiro Papa, ninguém terá chegado a um consenso e, posto isto, D. Fernando declara neutralidade face ao Cisma<sup>179</sup> até finais de 1379. No mesmo ano, dá-se uma reunião em

---

<sup>172</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 77.

<sup>173</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 77.

<sup>174</sup> Serviços do rei de França e do duque de Anjou.

<sup>175</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 85.

<sup>176</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 79.

<sup>177</sup> MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Cisma do Ocidente ...*, p. 145.

<sup>178</sup> FROISSART, Jean – *Crónicas*, p. 293.

<sup>179</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 80.

Salvaterra de Magos, onde os embaixadores ingleses e franceses procuravam que o soberano mudasse de posição<sup>180</sup>.

Contudo, a partir de 1380, há uma reviravolta. Portugal passa a apoiar Clemente VII, talvez pelas bulas que lhe pede para conceder ou mesmo pela aliança com França que se traçava e não chegou a realizar-se<sup>181</sup>. Segundo Luis Suárez Fernández, esta posição contrariou o plano de Juan I de Castela que consistia em que nenhum reino ibérico tomasse decisões isoladas. Mesmo assim, o rei castelhano apoiaria o antipapa em novembro do mesmo ano<sup>182</sup>. Desde fevereiro de 1379, a mando de D. Fernando, Clemente VII concedia algumas bulas a prelados portugueses, como é o caso da Bula *Zelus religionis* a 21 de agosto, na qual o antipapa absolve Lobo Fernandes da censura; a 26 confere a Bula *Significavit nos*, que punha ao encargo do bispo de Lisboa e do arcebispo de Lagos uma visita a Azinhoso para que fosse fundado um mosteiro beneditino e nomeia Lobo Fernandes<sup>183</sup> prior do mosteiro. Segundo Júlio Baptista, o rei não teve uma posição neutral, porém, afirma que é possível que as bulas sejam antedatadas<sup>184</sup>.

No que toca à posição do clero em Portugal, a maior parte dos prelados era a favor de Clemente VII, e pelo menos dois bispos marcaram a sua posição desde o início do Cisma: D. Martinho, bispo de Lisboa, defensor do papa de Avinhão, e D. Lourenço, arcebispo de Braga, a favor de Roma. Este último, na altura da sua tomada de posse, queria fazer algumas mudanças, todavia, as reformas não foram bem aceites pelos clérigos que seriam atingidos. Portanto, quando Urbano VI foi eleito, D. Lourenço estava em Roma e o Papa declarou uma bula a seu favor, absolvendo-o das censuras e reintegrou-o a 14 de fevereiro de 1379<sup>185</sup>. Além do apoio do arcebispo de Braga, Urbano VI contava com o do Porto e o de Lamego<sup>186</sup>. No entanto, em Braga, o cónego Vasco Domingues era a favor de Clemente VII devido a uma sentença dada pelo Papa de Roma, “(...) incompatibilizado com o arcebispo e com Urbano VI, por causa da anulação da sentença dada por ocasião da devassa ao arcebispado”<sup>187</sup>. A favor de Avinhão eram: Lisboa, Silves (onde foram nomeados bispos), Coimbra e Viseu. O bispo de Viseu recebeu missões de

<sup>180</sup> MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Cisma do Ocidente* ..., p. 145.

<sup>181</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, cap. XCVII, p. 264.

<sup>182</sup> BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada* ..., pp. 200-201.

<sup>183</sup> Lobo Fernandes era um monge no mosteiro de Santa Maria de Seissa de onde saiu, sem licença para o de Celanova, na diocese de Orense. Mais tarde, pela bula concedida por Clemente VII foi absolvido e declarado prior no mosteiro de Santa Maria de Seissa. - BAPTISTA, Júlio César – *Portugal* ..., p. 85.

<sup>184</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal* ..., p. 85.

<sup>185</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal* ..., p. 86.

<sup>186</sup> Segundo Júlio Baptista, não há fontes que o digam diretamente, contudo há um “silêncio” em relação aos documentos de Avinhão. BAPTISTA, Júlio César – *Portugal* ..., p. 87.

<sup>187</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal* ..., p. 89.

Avinhão, pelas quais foi pago<sup>188</sup>. O bispo da Guarda, D. Afonso Correia, também apoiava Clemente VII, uma vez que, igualmente, lhe foram concedidas bulas. Acerca do bispo de Évora, D. Martinho, surgem dúvidas, porque não era completamente a favor de uma causa, desde o início.

Apesar da obediência dos prelados seguir a do clero paroquial, não significava o mesmo dos cabidos e das colegiadas, já que apesar de a maioria seguir o seu bispo, isso podia não acontecer<sup>189</sup>.

## Conclusão

Seria D. Fernando inconstante? Ou um diplomata ativo, mas prudente? Esta investigação discute precisamente se a alcunha é justa, tendo em conta a política externa que seguiu e a forma como planeou sucessivos casamentos; e se D. Fernando tomava as suas próprias decisões ou se apenas se deixava influenciar por uma mulher astuta como Leonor Teles de Meneses. Apesar da interferência da rainha nos assuntos do reino, como por exemplo o facto de assinarem os documentos em conjunto, o monarca tinha bem definidas as suas ambições e o que queria alcançar.

Ainda que algumas más decisões tenham posto em causa a estabilidade do reino e que se possa falar de ambiguidade das alianças políticas, foi um rei generoso que sempre tentou fomentar o comércio externo e as relações com outros reinos e cuja memória seria de algum modo reabilitada na História. Além disso, as suas pretensões não eram descabidas, uma vez que após a morte de Pedro, o *Cruel*, o monarca português era realmente o seu parente mais próximo, como é possível analisar abaixo nos quadros genealógicos. Contudo, o rei não tinha um exército forte que pudesse fazer frente ao de Castela, nem o número suficiente de apoios externos ao reino.

Segundo Fernão Lopes, D. Fernando foi “o mais rico rei que em Portugal foi até ao seu tempo”<sup>190</sup>, porém após a sua morte, deixou o país mergulhado numa terrível crise (1383-1385) e no trono: a regente odiada pelo povo. As ações do monarca são discutíveis e em muito prejudicaram a economia e a estabilidade social de Portugal. Relativamente a Leonor Teles: mesmo esta tendo favorecido familiares e amigos durante o reinado do seu marido através de doações, não tinha experiência na governação e não podia confiar em

---

<sup>188</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 88.

<sup>189</sup> BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 88.

<sup>190</sup> RUSSEL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...*, p. 49.

ninguém. Ou seja, todo o poder com que esta sonhou, de acordo com Fernão Lopes, foi levado ao fracasso.

Em síntese: D. Fernando teve quatro casamentos anunciados e negociados pelo seu pai, D. Pedro; já rei, acrescentou-lhes mais duas promessas. Depois de finalmente unido em matrimónio a Leonor Teles, negociou primeiro uns esponsais para a sua filha ilegítima, Isabel, e cinco para Beatriz. Um total de 12 alianças matrimoniais prometidas (13 se lhes acrescentarmos o casamento verdadeiro com Leonor Teles). “Inconstante”, sem dúvida, ou muito atento às variações conjunturais constantes das relações de poder na Península e na Europa, sabendo das limitações do seu próprio reino?

O cognome, o “Inconstante”, é cómodo e parece assentar-lhe bem; no entanto, pode, também, ser considerado um estereótipo que nos impede de compreender o homem e as suas circunstâncias. “Foy ElRey liberal em demafia por lhe não dar outro nome: de códição incoflate, mas afabel, & nada vingativo”<sup>191</sup>.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes impressas:

BRITO, Bernardo – *Elogio dos Reys de Portugal*. Ed: Joseph Barbosa. Lisboa: Officina Ferreyriana, 1726.

FROISSART, Jean – *Crónicas*. Ed: Victoria Cirlot e J.E. Ruiz Domenec. Madrid: Ediciones Siruela, 1988.

FROISSART, Jean – *Des Chroniques Nationales Françaises*. Ed: J. A. Buchon. Paris, 1824.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Ed: Salvador Dias Arnaut. Série Régia: Livraria Civilização, (s/d).

SANTARÉM, Visconde - *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*. Paris, 1842. (Vols. I; XIV).

---

<sup>191</sup> BRITO, Bernardo – *Elogio dos Reys de Portugal*. Ed: Joseph Barbosa. Lisboa: Officina Ferreyriana, 1726. p. 78.

## **Bibliografia:**

ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV: a sucessão de D. Fernando*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960.

BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles, uma mulher de poder*, dissertação de mestrado em *História Medieval de Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Vol. I.

BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada: Leonor Teles*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

BAPTISTA, Júlio César – *Portugal e o Cisma do Ocidente*. Lisboa: Lusitânia Sacra, 1956.

Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

FONSECA, Luís Adão da - *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

LETT, Didier - *Famille et Parenté dans l'Occident Médiéval V-XV Siècle*. Paris: Hachette Supérieur, 2000.

MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. 2ª. ed. Lisboa: Tribuna, 2006.

MARQUES, A. H. Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Dir. A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1987.

MARTÍNEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986.

MATTOSO, José (dir.) - *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, coord. José Mattoso. Vol. II da *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et Relations Internationales au Moyen Âge (IX-XVe Siècle)*. Paris: PUF (Nouvelle Clio), 2017.

MONTEIRO, João Gouveia - Fernão Lopes: texto e contexto. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: Edição do Autor, 1997.

RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos; Faria, Ana Leal de (coord.) - *Casamentos da Família Real portuguesa: diplomacia e cerimonial*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *For the Honor of Her Lineage and Body: the Dowers and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal*, Vol. V, nº 1, 2007.

RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. I, 4ª ed. Lisboa: Verbo, 1990.

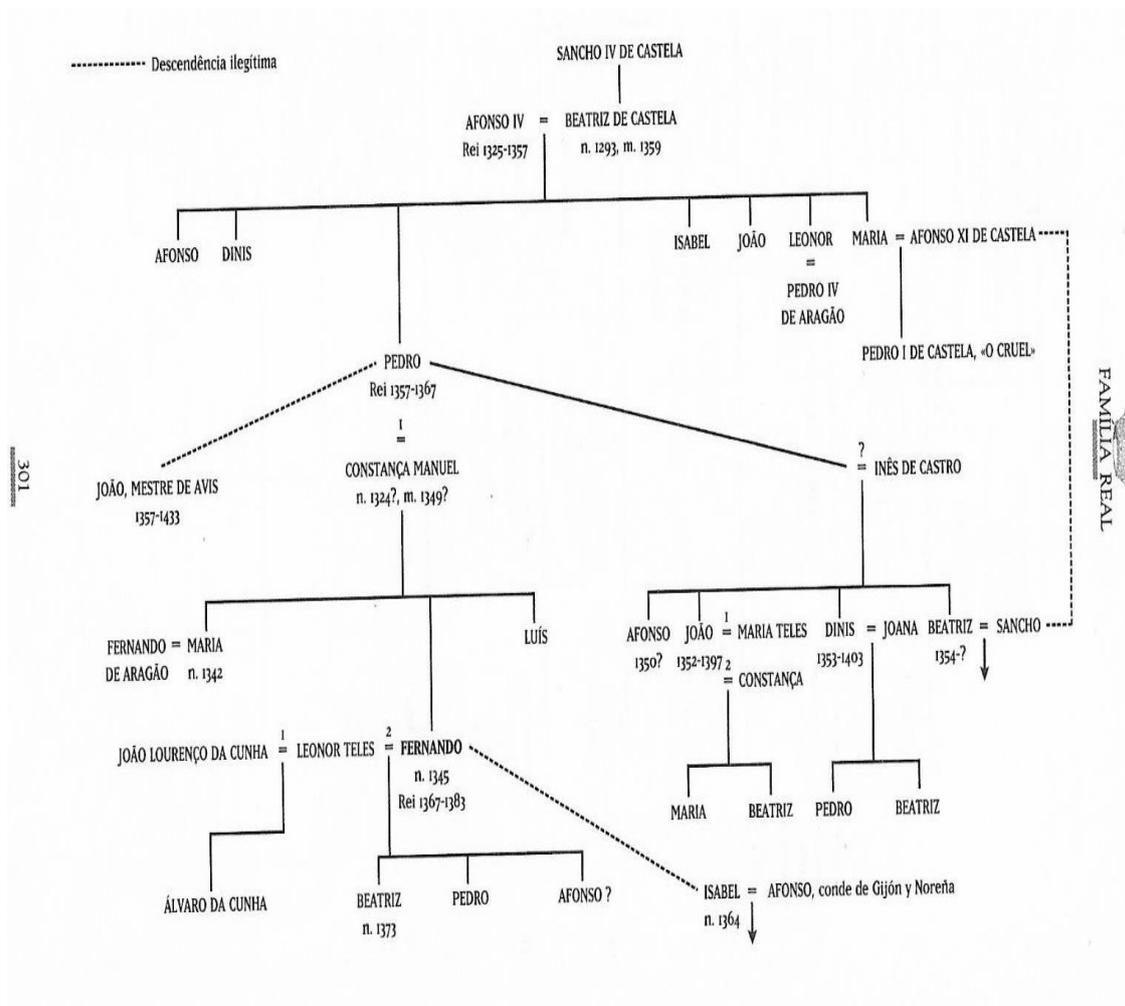
SOUSA, Carlos Hermenegildo de – *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: Edições Marânus. 1939.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Fernando e Leonor: Um Reinado (Mal)dito*. Lisboa: Chiado Editora, 2013.

VELHO, B. T. de Moraes Leite - *Estudo historico das relações diplomaticas e politicas entre a França e Portugal: Desde a constituição da monarquia Portuguesa até á queda de Napoléon Bonaparte*. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1895.

Anexos

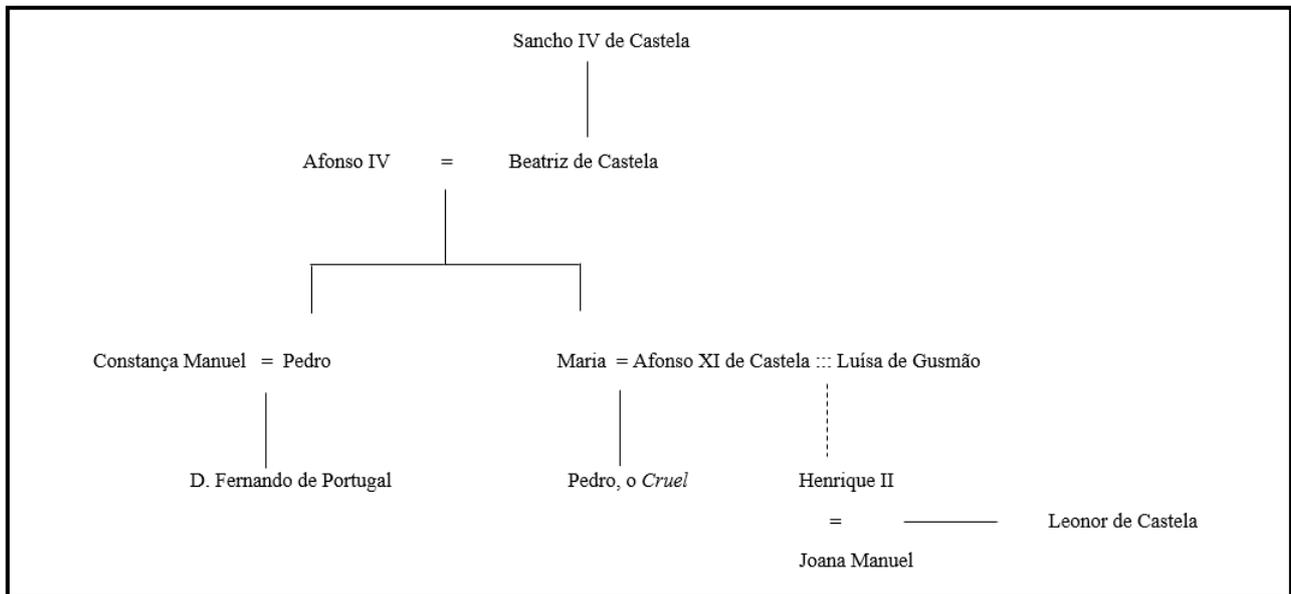
Quadro nº 1 – “Genealogia de D. Sancho IV a D. Fernando”<sup>192</sup>



<sup>192</sup> GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 301.

**Quadro nº 2 – “Segundo possível casamento de D. Fernando, prometido a Leonor de Castela, sua prima co-irmã”**

193



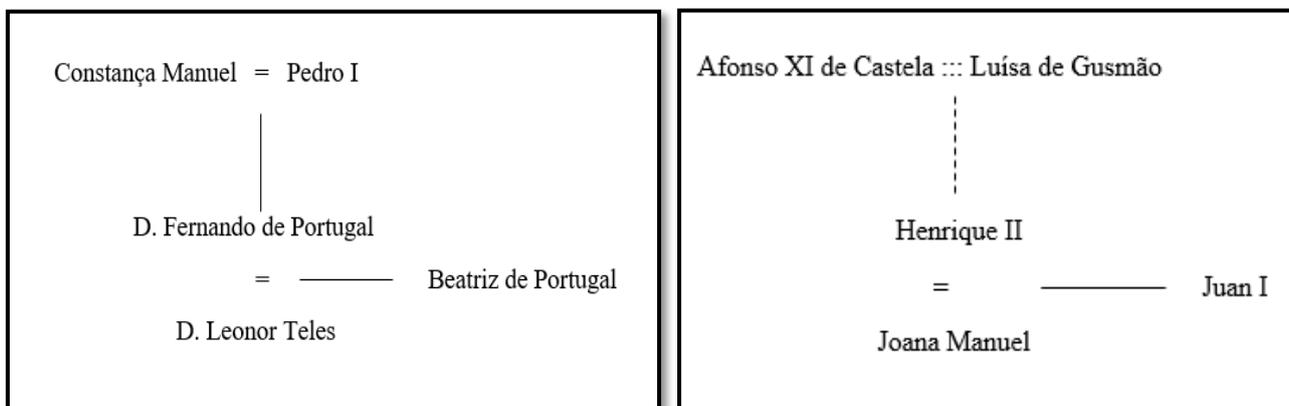
**Legenda:**

- Casamento - =
- União Extraconjugal - :::
- Descendência legítima - \_\_\_\_\_
- Descendência ilegítima - - - - -

<sup>193</sup> Quadro baseado nas genealogias presentes na biografia de D. Fernando, de Rita Costa Gomes e na informação vigente na obra de Maria José Pimenta Ferro Tavares. Além disso, na monografia de Peter Russell, o autor faz uma referência a Leonor de Castela, filha de Henrique II, onde indica que a princesa castelhana que tinha estado prometida a D. Fernando, se casava em Soria com a filha de Enrique de Trastámara, D. Leonor...” - RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica ...* p. 252.

**Quadro nº 3 – “D. Beatriz de Portugal e Juan I de Castela”**

194



**D. BEATRIZ**

**JUAN I**

**Legenda:**

- Casamento - =
- União Extraconjugal - :::
- Descendência legítima - \_\_\_\_\_
- Descendência ilegítima - - - - -

<sup>194</sup> Neste quadro é possível ver que Beatriz de Portugal e Juan I eram primos em segundo grau. Baseado na obra BALEIRAS, Isabel Pina – *Os casamentos da infanta D. Beatriz ...*, p. 84.

**Quadro nº 4 - “Doações atribuídas por D. Fernando”<sup>195</sup>**

| Diplomas atribuídos a:                   | Número de doações atribuídas por D. Fernando: |
|--|---|
| João Afonso Telo (tio de Leonor Teles)   | 19  |
| Gonçalo Teles                            | 17  |
| João Afonso Telo (irmão de Leonor Teles) | 14  |
| Gonçalo Mendes de Vasconcelos            | 10  |
| Gonçalo Vasques de Azevedo               | 9   |
| Fernando Gonçalves de Sousa              | 7   |
| Álvaro Peres de Castro                   | 6   |
| Fernando Afonso de Albuquerque           | 6   |
| Vasco Peres de Camões                    | 6   |
| Judas                                    | 6   |
| Henrique Manuel de Vilhena               | 5   |
| Fernando Afonso de Samora                | 5   |
| Vasco Gomes de Abreu                     | 5   |
| João Afonso Telo (primo de Leonor Teles) | 4   |
| Mosteiro de Santos                       | 4   |
| João Afonso Pimentel                     | 4   |

| Diplomas atribuídos a:         | Número de doações atribuídas por D. Fernando: |
|--------------------------------|---|
| João Afonso Telo (um dos três) | 2   |
| Mem Rodrigues de Vasconcelos   | 2   |
| Gonçalo Vasques Coutinho       | 2   |
| João Gonçalves                 | 2   |
| Pais Rodrigues Marinho         | 2   |
| Juan Fernández de Andeiro      | 2   |
| Guiomar Lopes Pacheco          | 1   |
| Leonor Rodrigues               | 1   |
| Lopo Dias de Sousa             | 1   |
| Afonso Telo                    | 1   |
| Joana Teles                    | 1   |
| Alçom Eanes                    | 1   |
| Fernando Fernandes             | 1   |
| Gil Eanes                      | 1   |
| Fernando Gonçalves de Meira    | 1   |
| Mor Afonso                     | 1   |
| Maria Peres                    | 2   |
| Pedro Afonso                   | 1   |

<sup>195</sup> Quadro realizado a partir da informação presente na Tese de Metrado de Isabel Pina Baleiras: BALEIRAS, Isabel de Pina – *Leonor Teles ...*, pp. 59-62.

**Quadro nº 5 – “Embaixadores dos casamentos previstos e firmados da infanta Beatriz”**

196

| <b>Embaixadores de Portugal</b>   |  |
|---|--|
| <b>1.º casamento, Córdoba, 09-01-1377<sup>44</sup>; embaixadores:</b>   | <ul style="list-style-type: none"><li>● Pedro Tenório, bispo de Coimbra;</li><li>● Aires Gomes da Silva, aio e conselheiro de D. Fernando I;</li><li>● <b>curadores:</b> Álvaro Gonçalves, prior do Hospital; Henrique Manuel de Vilhena (tio materno de D. Fernando I).</li></ul> |
| <b>2.º casamento, Cáceres, 21-05-1380<sup>45</sup>; embaixadores e curadores da infanta</b>                               | <ul style="list-style-type: none"><li>● João Afonso Telo, conde de Ourém (tio paterno de D. Leonor Teles);</li><li>● Gonçalo Vasques de Azevedo (segundo co-irmão de D. Leonor Teles);</li><li>● Henrique Manuel de Vilhena (tio materno de D. Fernando I).</li></ul>              |
| <b>5.º casamento, Pinto, 09-12-1382<sup>46</sup>; Salvaterra de Magos, 02-04-1383<sup>47</sup>; embaixador e curador:</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>● João Fernandes de Andeiro;</li><li>● <b>procurador para os juramentos em Elvas e Badajoz:</b> Gonçalo Mendes de Vasconcelos (familiar de D. Leonor Teles).</li></ul>   |

Como é possível ver no Quadro, os embaixadores que estiveram presentes na primeira promessa de casamento de D. Beatriz eram próximos a D. Fernando. Contudo, na segunda apenas um é ligado ao rei (Henrique Manuel de Vilhena). No quinto casamento firmado para infanta, observamos que um procurador é ligado a Leonor Teles e outro ao rei (João Fernandes Andeiro). Desta forma, podemos perceber que Leonor interferia na política do reino e que os seus familiares eram beneficiados.

<sup>196</sup> BALEIRAS, Isabel Pina – *Os casamentos da infanta D. Beatriz ...*, p. 90.

## Cronologia

| <b>Data</b> | <b>Relações com Castela/Casamentos previstos ou firmados de D. Fernando e das filhas</b>  | <b>Tratados com Aragão, Navarra e Granada</b> | <b>Alianças com Inglaterra</b>   | <b>Ligações com França</b> | <b>Cisma do Ocidente</b> | <b>Guerra dos Cem Anos</b>  | <b>Fonte</b>  |
|-------------|---|---|--|----------------------------|--------------------------|---|---|
| 1345        | Nascimento de D. Fernando e tentativa de negociação de casamento por Pedro I, entre o infante e uma das filhas de Afonso IV, em Inglaterra. |   |  |                            |                          |   | GOMES, Rita Costa – <i>D. Fernando</i> , p. 262.              |
| 1346-08-26  |   |   |  |                            |                          | Batalha de Crécy, onde Eduardo III de Inglaterra derrota os Franceses.  | GOMES, Rita Costa – <i>D. Fernando</i> , p. 262.              |
| 1352-07-25  |   |   | Afonso Martins Alho recebe uma carta de segurança do rei inglês Eduardo III. |                            |                          |   | MIRANDA, Flávio – <i>A cidade dos mercadores ...</i> , p. 53. |
| 1356-09-19  |   |   |  |                            |                          | Batalha de Poitiers. O Príncipe Negro derrota os Franceses e João II de França e seu filho são feitos prisioneiros. | GOMES, Rita Costa – <i>D. Fernando</i> , p. 266.              |

|            |   |                      |  |
|------------|---|----------------------|--|
| 1358       | D. Pedro I de Portugal, faz uma promessa de casamento entre o infante D. Fernando e a filha mais velha do rei de Castela, D. Pedro. |                      | GOMES, Rita Costa – <i>D. Fernando</i> , p. 54.                                  |
| 1360-10-24 |   | Tratado de Brétigny. | MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – <i>Diplomatie ...</i> , p. 86. |
| 1364       | Nascimento da primeira filha de D. Fernando, cuja progenitora é desconhecida.   |                      | GOMES, Rita Costa – <i>D. Fernando</i> , p. 49.                                  |
| 1366       | Promessa de casamento entre D. Fernando e Joana de Aragão, ainda no reinado de D. Pedro I, de Portugal.                             |                      | TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – <i>Fernando e Leonor...</i> , pp. 63-64.     |
| 1366       | Promessa de casamento entre a infanta Beatriz, filha de Pedro I, de Castela e D. Fernando, de Portugal.                             |                      | TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – <i>Fernando e Leonor ...</i> , p. 202.       |
| 1367-03-04 | Tratado de paz, celebrado em Alcanhões, entre D. Fernando de Portugal e D. Pedro IV de Aragão.                                      |                      | SANTARÉM, Visconde – <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, pp. 211-212.          |

|             |   |   |   |
|-------------|---|---|---|
| 1367-09-... | Tratado de paz, celebrado em Coimbra, entre D. Fernando e D. Pedro de Castela.  |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 212.      |
| 1367        | Pacto de Tentúgal entre D. Fernando e Pedro I de Castela.   |   | GOMES, Rita Costa – <i>D. Fernando</i> , p. 270.                        |
| 1367-10-09  |   | D. Fernando concede privilégios aos Ingleses. | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. XIV, pp. 40.    |
| 1369        | D. Fernando de Portugal envia uma embaixada a Aragão, com o objetivo de pedir em casamento a princesa aragonesa, D. Leonor. |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, pp. 214-215. |
| 1369        | D. Fernando começa a guerra com Castela, ou seja, iniciam-se as chamadas <i>Guerras Fernandinas</i> (1369-1382).            |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 215.      |
| 1369        | Tratado de aliança entre D. Fernando e o rei de Granada.  |   | GOMES, Rita Costa – <i>D. Fernando</i> , p. 270.                        |
| 1370-02-... | Tratado de confirmação entre Navarra, Aragão e Portugal (que se insere na classe dos tratados indiretos).                   |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 219.      |

|             |   |   |  |
|-------------|---|---|--|
| 1371-03-31  | D. Fernando e D. Henrique de Castela celebram um tratado em Alcoutim, onde ajustam o casamento do rei de Portugal com a infanta castelhana, D. Leonor.              |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 224.     |
| 1371        | Pazes entre Portugal e Castela.   |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 229.     |
| 1372        | Casamento entre D. Fernando e Leonor Teles de Meneses.  |   | GOMES, Rita Costa – <i>D. Fernando</i> , p. 17.                        |
| 1373-03-19  | Tratado de Paz entre D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castela, por intermédio do Cardeal de Bolonha.  |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 232.     |
| 1373        | Promessa de casamento entre D. Isabel (filha natural de D. Fernando) com o Conde D. Afonso, filho natural de D. Henrique, rei de Castela. (Ainda menores de idade). |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 235.     |
| 1373-06-16  |   | Portugal<br>negoceia um<br>Tratado com<br>Inglaterra. | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. XIV, pp. 42.   |
| 1374        | Tratado de aliança de D. Fernando de Portugal e D. Henrique de Castela contra Pedro IV de Aragão.   |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 236-237. |
| 1375-11-... | Celebração do casamento entre D. Isabel, de Portugal e o Conde D. Afonso, de Castela.   |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 240.     |

|             |   |   |   |
|-------------|---|---|---|
| 1376        | Promessa de casamento entre a infanta Beatriz, filha de D. Fernando e Leonor Teles com D. Fradique, filho de D. Henrique, rei de Castela. |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 240.        |
| 1378        |   | Início do Cisma do Ocidente.  | BALEIRAS, Isabel de Pina – <i>Uma rainha inesperada ...</i> , p. 199.     |
| 1378-04-08  |   | Eleição de Urbano VI.   | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 70.                      |
| 1378-09-20  |   | Eleição do Antipapa Clemente VII.   | MARQUES, Maria Alegria Fernandes – <i>Cisma do Ocidente ...</i> , p. 144. |
| 1378-11-... |   | São achadas nos registos pontifícios de Avinhão 40 bulas antedatadas.                             | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 84.                      |
| 1379-02-... |   | Urbano VI envia o arcediogo de Barroso a Portugal com bulas dirigidas aos bispos e a D. Fernando. | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 79.                      |
| 1379-02-07  |   | D. Martinho é transferido de Silves para Lisboa por Clemente VII.                                 | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 84.                      |

|            |   |  |
|------------|---|--|
| 1379-02-14 | Sentença atribuída por Urbano VI a favor do arcebispo de Braga  | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 83. |
| 1379-02-19 | Clemente VII endereça as bulas de provisão para os bispados de Lisboa e Silves. Transfere D. Martinho de Silves para Lisboa e nomeia para Silves um cónego de Lisboa. | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 79. |
| 1379-04-27 | Bula <i>Solet annuere</i> dirigida ao ministro e frades da casa de Santarém da Ordem de SS. Trindade e Redenção dos Cativos, onde Urbano VI lhes concede privilégios. | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 83. |

|              |  |  |
|--------------|--|--|
| 1379-05- ... | Reunião do Conselho para averiguar quem era o verdadeiro chefe supremo da Igreja Católica, contudo, não se chega a um consenso.        | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 80. |
| 1379-08-21   | Clemente VII decreta a Bula <i>Zelus religionis</i> , a pedido do rei, onde absolve Lobo Fernandes da Censura. <sup>1</sup>            |  |
| 1379-08-26   | A pedido de D. Fernando, Clemente VII expede a Bula <i>Significavit nos</i> , que encarrega o bispo de Lisboa e o arcebispo de Lagos a | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 85. |

<sup>1</sup> Lobo Fernandes era monge no Mosteiro de Santa Maria de Seissa, de onde saiu sem licença para o de Celanova, na diocese de Orense. - BAPTISTA, Júlio César – *Portugal ...*, p. 85.

|             |  |   |  |
|-------------|--|---|--|
|             |  | construir um mosteiro beneditino em Azinhoso.   |  |
| 1379-12-03  |  | O reino de Portugal declara neutralidade perante o Cisma do Ocidente.   | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 83.               |
| 1380-04-... |  | O episcopado divide-se em Portugal, tendo em conta os vários benefícios capitulares e paroquiais.   | BAPTISTA, Júlio César – <i>Portugal ...</i> , p. 83.               |
| 1380-05-21  | Promessa de casamento entre D. Beatriz, de Portugal e o infante D. Henrique, filho primogénito de D. Juan I. |   | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 243. |
| 1380-07-15  |  | D. Fernando e D. Leonor Teles escrevem uma carta ao Duque de Lencastre a confirmar a aliança, onde prometem a infanta Beatriz ao filho do | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 245. |

|             |   | Conde de Cambridge. <sup>2</sup> |   |
|-------------|---|----------------------------------|---|
| 1381-05-... | Guerra com Castela.   |                                  | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 247.      |
| 1382-08-09  | Tratado de casamento de a infanta Beatriz, de Portugal, com D. Fernando, filho segundo do rei de Castela. |                                  | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, pp. 248-249. |
| 1383-04-02  | Tratado de Salvaterra de Magos.   |                                  | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 257.      |
| 1383-05-04  | Casamento entre a infanta Beatriz, filha de D. Fernando, de Portugal com o rei de Castela, Juan I.        |                                  | SANTARÉM, Visconde - <i>Quadro Elementar ...</i> , Vol. I, p. 250.      |
| 1415        |   |                                  | Batalha de Azincourt.   |
| 1417        |   | Fim do Cisma do Ocidente.        | BALEIRAS, Isabel de Pina – <i>Uma rainha inesperada ...</i> , p. 199.   |

<sup>2</sup> O Conde de Cambridge e Duque de Iorque, na época referida, era Edmundo de Langley, filho do rei Eduardo III de Inglaterra. Tem como descendentes masculinos: Eduardo de Norwich (nascido em 1341) e Ricardo de Conisburgh (nascido em 1385). O filho do conde a quem D. Fernando propôs firmar o casamento com a sua filha Beatriz foi, de certeza, Eduardo de Norwich (2º Duque de Iorque e 2º Duque de Cambridge), visto que quando o outro descendente do conde nasceu, D. Fernando já tinha falecido há dois anos.